

**UFRRJ**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**  
**CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

**CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO E A SAÚDE MENTAL: A  
MERCANTILIZAÇÃO DA VIDA SOCIAL**

**LARA RODRIGUES DA SILVA**

**2023**



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO INSTITUTO  
DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

**CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO E A SAÚDE MENTAL: A  
MERCANTILIZAÇÃO DA VIDA SOCIAL**

**LARA RODRIGUES DA SILVA**

*Sob a Orientação da Professora Dra.*

**FABIANA SCHMIDT**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao curso de Serviço Social  
da Universidade Federal Rural do Rio de  
Janeiro, como parte das exigências para  
obtenção do título de bacharel em  
Serviço Social

Seropédica, RJ.

Março de 2023.

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Sc

SILVA, Lara Rodrigues da , 1999-  
CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO E A SAÚDE MENTAL: A  
MERCANTILIZAÇÃO DA VIDA SOCIAL / Lara Rodrigues da  
SILVA. - Rio de Janeiro, 2023.  
67 f.

Orientadora: Fabiana SCHMIDT. Trabalho de  
conclusão de curso(Graduação). -- Universidade Federal  
Rural do Rio de Janeiro, Serviço Social, 2023.

1. capitalismo contemporâneo. 2. saúde mental. 3.  
Serviço Social.. I. SCHMIDT, Fabiana , 1974-, orient.  
II Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.  
Serviço Social III. Título.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
COORDENAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL



ATA Nº 1510 / 2023 - CoordCGSS (12.28.01.00.00.00.04)

Nº do Protocolo: 23083.016458/2023-16

Seropédica-RJ, 20 de março de 2023.

Lara Rodrigues da Silva

## CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO E A SAÚDE MENTAL: A MERCANTILIZAÇÃO DA VIDA SOCIAL

Trabalho de Conclusão de Curso submetido como requisito parcial para obtenção do título de **Bacharel em Serviço Social**, pelo Curso de Graduação em Serviço Social do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Data de aprovação: 15 de março de 2023.

Banca Examinadora:

Prof. Doutora Fabiana Schmidt (Orientador)  
Orientadora - presidente (DEDH/UFRRJ)

Prof. Doutora Marisol Valencia Orrego  
Membro interno (DEDH/UFRRJ)

Prof. Doutora Tatiane de Oliveira Pinto  
Membro interno (DEDH/UFRRJ)

*(Assinado digitalmente em 20/03/2023 11:29 )*

FABIANA SCHMIDT  
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR  
DeptHOT (12.28.01.00.00.00.10)  
Matrícula: 1868629

*(Assinado digitalmente em 20/03/2023 11:07 )*

MARISOL VALENCIA ORREGO  
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR  
DeptHOT (12.28.01.00.00.00.10)  
Matrícula: 1043744

*(Assinado digitalmente em 20/03/2023 11:24 )*

TATIANE DE OLIVEIRA PINTO  
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR  
DeptHOT (12.28.01.00.00.00.10)  
Matrícula: 3615478

Visualize o documento original em <https://sipac.ufrj.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **1510**, ano: **2023**, tipo: **ATA**, data de emissão: **20/03/2023** e o código de verificação: **7627fc970d**

## AGRADECIMENTOS

Começo esse processo primeiramente agradecendo minha família, minha mãe que sempre fez o possível e impossível para garantir a mim e minha irmã uma educação de qualidade, além de nos ensinar a importância desta em nossas vidas, sempre com a frase “A única coisa que não podem tirar da gente é o que aprendemos.” Me ensinado a ser forte e persistente, além de confiar em mim mesma e na minha família para qualquer coisa.

Seguindo ao meu pai, que sempre se absteve de momentos de descanso e comemoração para trabalhar e nos proveu da melhor forma possível, além de sempre ser a parte mais emotiva e que me ensinou que ser vulnerável e emotiva está mais do que bem.

Referente a parte mais brilhante, que recebe todo o pouco carinho que tenho disponível a minha irmã, minha princesa moçreia, que apesar de ser mimada e frouxa me dá forças e se preocupa bastante com a minha saúde, mental e física.

Assim fechando o ciclo das pessoas com quem moro ao Thor, nosso irmão mais novo canino, que fornece sempre momentos alegres e engraçados a todos nós. Aos meus “colegas de casa”, sou completa e extremamente grata por me suportarem nos surtos e loucuras que se passam em todos esses anos.

Outras pessoas muito importantes para minha formação foram minha avó Suely, que contribui desde nosso nascimento com amor, canjas, mensagens nos pés e na mão e miojo com molho de tomate, mas muito mais e além disso com suas palavras carinhosas e compreensivas, se orgulhado se suas rugas e suas netas dizendo: “Essas são as marcas da estrada da minha vida.”

E minha madrinha Regina, tenho certeza que sem ela não chegaria aonde cheguei, disponibilizando seu tempo de descanso e com sua família, para muitas vezes me ensinar matemática e português, te garanto ainda que me ensinou muito mais do que conteúdos escolares, mas a ser uma pessoa mais calada e observadora, e ao mesmo tempo caridosa e desapegada de bens materiais, que está tudo bem não querer ir a algum lugar se não estiver a fim.

Agradeço também a todos ou meus tios e tias, primos e aos integrantes do meu grupo de “amigas”, sendo sem dúvidas minha base, de amor, respeito e espelho. Vocês são o meu lar, e uma grande parte de mim vem de vocês

No que se refere às pessoas que fui “encontrando por aí”, acredito ter apenas 6 para falar, minhas amigas de longa data e companheiras de treinos de ginástica Rítmica, Paula, Nense e Bruna, as primeiras lembranças de risadas que tenho são com vocês não dá para mensurar a felicidade de ter vocês na minha vida por tanto tempo. Frequência não é tanto quanto consistência e é isso que construímos, nas idas e vindas podemos concluir que o respeito mútuo é o que nos estabelece.

Outra pessoa que está nessa batalha de perfuração é minha amiga Paloma, que sinceramente representa o que tenho de melhor e pior, como um equilíbrio desequilibrantemente caótico, o espiritismo acredita que sempre construímos o mesmo ciclo, mas de formas diferentes, fico feliz de saber disso porque para dar conta do tanto que ainda temos para viver só em outras vidas.

Meu amigo Gabriel, o cético mais atencioso e carinhoso no mercado, se tem uma pessoa com quem preciso desabafar esse é o cara, tivemos que nos esbarrar pela segunda vez para entender que seríamos grandes amigos.

Para finalizar, mas não menos importante, só em uma questão de cronologia a minha alma gêmea completamente diferente e igual a mim Ingrid, tive a sorte (azar) de encontrar você no processo de graduação, uma das piores épocas que ambas experienciamos, acredito que se sobrevivemos a isso juntas nada nos separará, observamos o pior uma da outra, pro bem e pro mal, entendemos e respeitamos os limites uma da outra. Você além de ser meu motor e principal impulsionadora também é a pessoa que pergunta se eu já bebi água no dia, e briga quando como meu miojinho. Sabemos que a amizade que criamos não tem como ser mensurada ou posta e palavras.

Quanto a esse processo de graduação, gostaria de agradecer a todas as professoras do corpo docente que nos deram aula, sendo o mais compreensivas e parceira possível, me sinto muito sortuda por compartilhar todo esse processo com vocês, que se doaram sempre tanto de si para nós, incentivando e acreditando em não, sou muito grata de ter tornado esse processo tão adoeceador em algo suportável e até empolgante. O amor de vocês por lecionar, me estimulou e sinceramente me obrigou a tentar realmente fazer e participar da faculdade. Serei sempre imensamente grata.

Porém gostaria de destacar uma das muitas professoras, a minha orientadora Fabiana, que tive convívio apenas no período final da formação, mas que topou embarcar nessa curta e intensa jornada de construção do TCC, comigo. Muito

obrigada por todo desdobramento, preocupação e atenção que você direcionou para mim, eu sempre ficava apreensiva antes das nossas reuniões, e acabava saindo tranquila e engajada delas.

Ainda, a mais duas mulheres incríveis que toparam me ajudar a finalizar esse ciclo tão importante, outras duas professoras que contribuíram tanto para minha formação, quanto na inserção de Núcleos de pesquisa, e grupos de estudo, incentivando e contribuindo com uma experiência acadêmica ainda mais completa. Gratidão eterna a Tatiane de Oliveira e Marisol Valencia, que hão de compor minha banca avaliadora.



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO INSTITUTO  
DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

**Capitalismo Contemporâneo e saúde mental: a mercantilização da  
vida social**

**LARA RODRIGUES DA SILVA**

**Orientação: Fabiana Schmidt**

**RESUMO:** O presente trabalho de conclusão de curso abordará o impacto ultraneoliberal sobre a saúde mental, enquanto desdobramento da realidade pós-moderna. Destacando características como: a meritocracia e individualismo no processo de reprodução cotidiana da vida. Além de situar a atuação e estudo do Serviço Social em sua intervenção na saúde mental, contrária a normalização da patologização e medicalização, vista a partir da radicalização das expressões da “questão social”.

**Palavras-chave:**capitalismo contemporâneo; saúde mental; Serviço Social.





**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO INSTITUTO  
DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

**Contemporary capitalism and mental health: the commodification of social life**

**LARA RODRIGUES DA SILVA**

**Orientation: Fabiana Schmidt**

**ABSTRACT:** The following work, in order to establish the conclusion of the graduation, will address the ultraneoliberal impact on mental health, as an unfolding of postmodern reality. Highlighting characteristics such as: meritocracy and individualism in the process of daily reproduction of life. In addition to placing the work and study of Social Work in its intervention on mental health, going against the normalization of pathologization and medicalization, perceived as the radicalization of expressions of the “social issue”.

**Keywords:** contemporary capitalism; mental health; Social Service

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

**CFESS** - Conselho Federal de Serviço Social

**EUA**- Estados Unidos da América

**OMS**- Organização Mundial da Saúde

**OPAS**- Organização Pan-Americana de Saúde

**SUS**- Sistema Único de Saúde

## SUMÁRIO

|  |           |
|--|-----------|
| <b>INTRODUÇÃO.....</b>   | <b>12</b> |
| <b>CAPÍTULO 1- A CONSTRUÇÃO DO SUJEITO EM TEMPOS ULTRANEOLIBERAIS.....</b>   | <b>18</b> |
| 1.1- Da modernidade a pós-modernidade.....   | 18        |
| 1.2- Neoliberalismo e ultraliberalismo, aspectos sobre a classe trabalhadora.....                                    | 25        |
| 1.3- Alienação e fetichismo da mercadoria, a reificação das relações sociais.....                                    | 30        |
| <b>CAPÍTULO 2- CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO E SAÚDE MENTAL: A POPULARIZAÇÃO DA COMPETITIVIDADE.....</b>                 | <b>34</b> |
| 2.1- Meritocracia e individualismo: a reificação das relações sociais.....   | 35        |
| 2.2- A idealização da felicidade: paradigmas da mercadoria.....  | 40        |
| <b>CAPÍTULO 3- SERVIÇO SOCIAL E SAÚDE MENTAL: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS.....</b>                                       | <b>45</b> |
| 3.1- O Serviço Social enquanto profissão. O compromisso Ético-político frente às expressões da “questão social”..... | 46        |
| 3.2- Serviço Social e suas contribuições para a saúde mental.....  | 51        |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>   | <b>55</b> |
| <b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>   | <b>59</b> |

## INTRODUÇÃO

O seguinte trabalho, surge de um trajeto ímpar de inserção no campo da saúde oportunizado pelo processo de Estágio supervisionado<sup>1</sup>, que fomentou ainda mais a busca pela aproximação do trabalho do Serviço Social frente às demandas vivenciadas pela categoria no campo da saúde.

Assim, apreendendo as demandas mais frequentes foi percebido como cada vez mais latente a procura por acesso a tratamentos e serviços referentes a saúde mental.

Logo conjuntamente ao que se prevê enquanto intencionalidade do estágio supervisionado em Serviço Social, da intersecção entre o que se apreende na sala de aula e a prática profissional, utilizando-se da concepção da “indissociabilidade da prática e da teoria”<sup>2</sup>, o objetivo deste trabalho se dá na compreensão de como o capitalismo contemporâneo, influi sobre as demandas de saúde mental; porém sob a ótica da funcionalidade que a ideologia estruturada por seus processos históricos subjugam os indivíduos a um lugar de adoecimento.

Aqui será discorrido os processos estruturais, ou melhor, que (re)estruturam a construção subjetiva de indivíduos<sup>3</sup> adoecidos e exauridos. A partir do reconhecimento do caráter fundamental de exploração capitalista assentado e suas crises cíclicas, conciliadas a remanescência remanescência deste. No entanto:

o que diferencia a crise atual das demais é sua persistência no tempo, sem que o capital tenha ativado seu pleno poder de recuperação do padrão de acumulação, mas, ao contrário, vai demonstrando a saturação do seu projeto de desenvolvimento econômico; vejamos por exemplo, a tendência da queda da taxa de lucro das empresas, o elevado percentual de desemprego e a crise

---

<sup>1</sup> Sobre o estágio supervisionado Lewgoy, elucida: “isso possibilita a alunos e supervisores participarem do processo de objetivação e apropriação do conhecimento da realidade. Desse ponto de vista, a supervisão como processo articula exercício e formação, uma vez que está vinculada à atividade concreta de estágio. Entende-se que essa atividade permite ao acadêmico transformar o que aprendeu em posturas, produtos, serviços e informações. Assim, no final do processo, são os usuários do Serviço Social que encontram no atendimento qualificado das instituições o justo acesso à garantia dos direitos sociais e humanos. Isso impõe a busca cotidiana de novas alternativas de atuação” (LEWGOY, 2013, p. 86).

<sup>2</sup> “Para uma profissão que se alimenta das contribuições marxianas e marxistas, para realizar a leitura e intervenção na realidade, ou seja, no legado desse paradigma, como conjunto de teorias e no método dialético-materialista e histórico, a unidade dialética entre objetividade e subjetividade, quantidade e qualidade, aparência e essência, teoria e prática são princípios fundamentais, porque são indissociáveis e se complementam numa relação necessária na realidade concentra, de onde parte Marx” (PRATES e CARRARO, 2017, p. 163).

<sup>3</sup> Para fins de desenvolvimento trabalho quando referido a: "indivíduos" e/ou, e/ou sujeitos sociais, e/ou a seres sociais, queremos descrever estes como parte da classe trabalhadora.

ambiental. Os problemas e contradições desse sistema só tem se ampliado, ainda que contidos ideologicamente (BORGES; MATOS, 2020, p.74).

Então, será construindo uma rápida contextualização da passagem da modernidade, para a dita pós-modernidade, e conseqüente a simetria das ideologias de cunho neoliberal, e como será trazido o ultraneoliberal<sup>4</sup> na reprodução social da vida.

Desse modo, uma das finalidades desta produção é compreender quais os determinantes que estruturam essa realidade adoecedora ultraneoliberal, de desresponsabilização do Estado sobre as demandas sociais.

Assim, subsidiando condições para o debate de outro alvo desta, da construção da ideologia pós-moderna<sup>5</sup>, traçada pelos princípios do individualismo e engajamento individual na concepção do que será estabelecido enquanto felicidade, para essa lógica, tornando-a (felicidade) uma mercadoria pós-moderna.

No mais, entendendo a saúde enquanto uma condição ampliada, que interfere nas condições de vida dos seres humanos<sup>6</sup>, a importância do Serviço Social brasileiro e seu olhar crítico sobre a realidade, na apreensão destas características “relativamente inédita”<sup>7</sup> - referente às atitudes consideradas recentes, mais efetivas no século XXI, pertinentes à saúde mental - imposta às relações sociais que se circunscrevem às dinâmicas capitalistas de reprodução da vida.

Correlacionado ao caráter e compromisso profissional, no estudo e principal ponto de intervenção, as expressões da “questão social”; frente a essa agudização, se mostra ainda mais desafiador o compromisso das assistentes sociais com a não neutralidade frente às dificuldades da reprodução social da vida, onde:

---

<sup>4</sup> Entender-se-á ultraneoliberalismo a partir de Fontes (2020): “o neo, o pós-neo e agora o ultraneoliberalismo, todos, sem exceção, reforçaram os instrumentos de blindagem, a propaganda e as instâncias coercitivas do Estado de maneira a bloquear qualquer opção proveniente dos setores populares, mesmo que estes lutassem apenas para fazer cumprir a própria Constituição. Enquanto política de Estado, o mais recente ultraliberalismo mais uma vez favorece os grandes proprietários, definindo-os como destinatários privilegiados dos benefícios fiscais, das rendas derivadas das dívidas públicas, além de garantir, através de intensas pressões, a redução seletiva de impostos para os grupos dominantes (ou fechando os olhos do Estado quando se trata de procedimentos ilegais levados a efeito pelos... empresários liberais). (FONTES, 2020, p.13)

<sup>5</sup> Ver em: PEREIRA e DE JESUS (2010).

<sup>6</sup> Buscar em: DE SOUZA MINAYO, Maria Cecília (2002)

<sup>7</sup> Advindas dessa preocupação de certa forma recente frente às determinações da OMS em 2022 direcionadas a saúde mental mais especificamente, e na urgência de ações direcionadas a essa demanda. Disponível em: <<https://www.paho.org/pt/noticias/17-6-2022-oms-destaca-necessidade-urgente-transformar-saude-mental-e-atencao>>. Acesso em: 8 mar. 2023.

A classe trabalhadora, em qualquer de seus estratos, vive a crescente pauperização, ampliando o público atendido no âmbito das políticas assistenciais, usuários dos serviços profissionais em seus diversos espaços de trabalho. A nossa hipótese é que, este campo de debate não pode ser dissociado do plano econômico e não pode ser tomado apenas como “desvio de atenção”. No nosso entendimento, o campo da esquerda não pode levar o argumento para o lugar da “piada governamental”(BORGES; MATOS, 2020, p.78).

O recorte exposto, se direciona ao cenário político enfrentado pelo Brasil no mandato do ex-presidente Jair Bolsonaro (2019-2022), que em seu (des) governo<sup>8</sup>:

no âmbito da economia, o presidente se cercou do que há de mais liberal, com Paulo Guedes à frente, dando sequência à programática ultraneoliberal do golpe de 2016 e sendo ovacionado pela maioria do empresariado, que aplaude e estimula as privatizações, a destruição da natureza com queimadas criminosas, a destruição dos direitos sociais, uma “reforma” fiscal que pretende desvincular todos os gastos sociais do orçamento e intensificar a contrarreforma trabalhista, para tornar o trabalho ainda mais subsumido ao capital (BOSCHETTI; BEHRING 2021, p.72).

Esse tem sido o plano de fundo que substância a atuação profissional, juntamente a uma Pandemia, que fragilizou ainda mais a população e aprofundou as desigualdades, partido do princípio de que isso não representa novas questões sociais, apenas uma nova expressão e mais perversa das desproporcionalidades estruturantes do sistema.

Nesse sentido, a demanda por uma visão mais ampliada do que circunda a vida dos usuários como: meio social, fatores econômicos, emocionais, espaço geográfico, dentre outros; que se compõem como característica profissional, é excepcional e contraproducente à normalização de tais realidades alienadoras que subjugam os indivíduos a mera forma reprodutiva e produtiva baseada no consumo.

Conforme ao que se expôs acima, as características ultraneoliberais são o que dinamizam as relações sociais contemporâneas. Nesse sentido, pôde-se perceber a intencionalidade de desresponsabilização do Estado frente às demandas sociais. Isso mais do que nada se reproduz de forma própria entre os sujeitos. No reforço, inserção e normalização do individualismo e da meritocracia, fomentam a competitividade que permite a exploração e obtenção de lucro.

Ao direcionar a responsabilização ao indivíduo, desfocaliza-se o encargo do Estado em oferecer as condições dignas de vida, algo previsto pela própria Constituição Federal de 1988.

---

<sup>8</sup> Lê--se em: AVRITZER, 2020.

Assim, construindo um indivíduo que atribui apenas a si proporcionar e ainda de criar - perspectiva empreendedora - oportunidades para o seu sucesso e felicidade. Empurrando a esses a responsabilidade e autonomia de construir uma “vida digna”<sup>9</sup>.

Frente a esses “deveres”, a culpabilização do fracasso se institui de forma involuntária aos seres humanos. Dessa forma, será debatida essa mudança de relações de trabalho que torna o explorador e o explorado como pessoa única (HAN, 2017). No mais os reflexos que esta “nova”, dinâmica influi sobre os usuários do Serviço Social.

A estratificação da ausência de saúde mental como realidade agora naturalizada ao capital (HAN, 2017), incutem ao Serviço Social, visto seu compromisso ético-político, um olhar atento às doenças mentais, principalmente com o crescimento de diagnóstico e consumo de psicotrópicos e pela precarização das condições de trabalho e de vida da classe trabalhadora, que luta por melhores condições de vida no atual estágio do capitalismo contemporâneo.

Ainda há de pautar a relação e atuação do coletivo profissional para com a saúde mental, partido de um olhar crítico e dialético. Norteando-se em documentos oficiais da categoria, como: Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Saúde, a importância da profissão e seu papel tanto na defesa do Sistema Único de Saúde (SUS), como “[...] direito de todos e dever do Estado” (BRAVO; MATOS, 2001).

Na relevância da intervenção profissional junto a Reforma Sanitária, que inseriu o coletivo profissional na defesa da bandeira do acesso à saúde de forma pública. Consoante também, a Resolução CFESS N.º 383/99 de 29/03/1999 (vinte e nove de março de mil novecentos e noventa e nove), que qualifica a profissional assistente social como trabalhadora da saúde. Subsidiaram um papel/compromisso de: “considerando que, a partir da 8ª Conferência Nacional de Saúde, um novo conceito de saúde foi construído, ampliando a compreensão da relação saúde-doença, como decorrência das condições de vida e de trabalho; [...]” (CFESS, 1999).

---

<sup>9</sup> A exemplo, temos a “Uberização do trabalho”, que para Antunes se dá frente: “Nós estamos em um cenário global, no qual o desemprego é regra e o emprego é exceção. A precarização, flexibilização, desregulamentação, trabalho intermitente, trabalho temporário tendem a ser cada vez mais a regra, especialmente nos serviços que diferem de uma fábrica, porque ela precisa de um trabalho sistemático. A indústria de serviços é diferente da indústria de transformação. Nesse contexto, como o desemprego se amplia enormemente e a legislação protetora do trabalho está sendo toda destruída, é necessário haver uma saída ideológica e política para a massa de trabalhadores desempregados. E o empreendedorismo é essa palavra mágica.” (ANTUNES, 2018)

Isto posto, o trabalho se desenvolve sob a perspectiva de reflexões a respeito da influência ultraneoliberal, situada pela construção pós-moderna da ideologia de consumo, na “produção” de indivíduos mais isolados e acometidos por essas características, reverberadas na saúde mental.

Como objetivo geral, reitera-se que se pretende compreender os determinantes do capitalismo contemporâneo que inferem sobre a saúde mental da classe trabalhadora. Referente aos objetivos específicos, intenciona-se: (I) discutir os processos econômicos dotados entre a modernidade e pós-modernidade e sua relevância na formação dos sujeitos; (II) atrelar o adoecimento mental ao nexo neoliberal: sendo condição do capitalismo contemporâneo, e seus desdobramentos para o ideal de felicidade/liberdade na pós-modernidade.; (III) debater a lógica empreendedora em seu papel de desresponsabilização do Estado e culpabilização dos indivíduos e (IV) pontuando a importância do Serviço Social, no estudo e atuação, sobre as repercussões deste momento histórico sobre a saúde mental da classe trabalhadora.

Quanto à metodologia, a revisão bibliográfica, contando com “a principal vantagem de pesquisa bibliográfica está no fato de permitir ao investigador a cobertura de fenômenos muito mais amplos do que poderia pesquisar diretamente” (GIL, 1994, p. 45), os principais autores foram: HAN; MARX, MÈSZÁROS; SENNETT.

Além desta, buscou-se na análise documental, através dos seguintes determinantes que descortinam o objeto estudado, a saúde mental; estatísticas; saúde pública; psicotrópicos; depressão; ansiedade. Desenvolvido em um prisma de criticidade, a afluência dos tópicos subsidiou a capacidade para estruturar a escrita, frente ao caráter no qual a “[...] análise documental favorece a observação do processo de manutenção ou evolução de indivíduos, grupos, conceitos, conhecimentos, comportamentos, mentalidades, práticas entre outros” (SÁ-SILVA; ALMENDA; GUINDANI, 2009, p. 2).

Ainda, de fontes secundárias acessadas no estágio supervisionado, em duas Clínicas da Família do município do Rio de Janeiro, situadas na Zona Norte, houve a oportunidade de acesso aos prontuários disponíveis às assistentes sociais e demais profissionais sendo esses o E-SUS e VitaCare.



## CAPÍTULO 1- A CONSTRUÇÃO DO SUJEITO EM TEMPOS ULTRANEOLIBERAIS

O capítulo inicial visa construir um panorama que possibilite a compreensão do que cerca os indivíduos inseridos no capitalismo contemporâneo, na formação ideológica que motiva e sujeita os indivíduos na busca constante pela felicidade pela via do consumo, enquanto estratégia de reprodução da sua própria vida.

Aqui, os produtos do cérebro humano parecem dotados de vida própria, como figuras independentes que travam relação umas com as outras e com os homens. Assim se apresentam, no mundo das mercadorias, os produtos da mão humana. A isso eu chamo de fetichismo, que se cola aos produtos do trabalho tão logo eles produzidos como mercadorias e que, por isso é inseparável da produção de mercadorias (MARX, 2017, p. 148).

Desta maneira, dialogando com Sennett (2006), Mészáros (2004) e alguns teóricos clássicos, Netto (2001), Marcuse (2021), dentre outros, será subsidiado o processo histórico que assujeita as pessoas e sujeita as mercadorias, exprimindo o sentimento de saciedade a essas (mercadorias), e da responsabilização individual em adquirir tal provedor de felicidade.

A intensidade, a satisfação e até mesmo as características das necessidades humanas, para além do nível biológico, foram sempre condicionadas. Se a possibilidade de se fazer algo ou de se deixar de fazê-lo, de desfrutar ou de destruir, de possuir ou rejeitar algo é tomada como *necessidade*, isso depende de se ela pode ou não ser vista como desejável e necessária para as instituições e interesses predominantes da sociedade. Nesse sentido as necessidades humanas são necessidades históricas e à medida que a sociedade exige o desenvolvimento repressivo do indivíduo, suas próprias necessidades e a sua demanda por satisfação estão sujeitas aos padrões críticos dominantes (MARCUSE, 2021, p.44).

Logo, serão debatidos os processos históricos da passagem da modernidade a pós-modernidade, além do acirramento da influência neoliberal, na perpetuação do que agora muitos teóricos situam enquanto ultraneoliberalismo, na construção da socialização de boa parte da classe trabalhadora.

### 1.1- Da modernidade a pós-modernidade

A fim de fornecer um melhor panorama para compreender o processo de construção dos sujeitos pós-modernos, será contextualizada, concisamente, a

passagem da modernidade a pós-modernidade, dando enfoque aos modelos econômicos circunscritos nesse período.

O principal motivador para esse recorte se faz devido ao entendimento da influência da perspectiva econômica como delimitadora das relações sociais, e principalmente a centralidade do trabalho na sociedade capitalista. Partindo de um olhar da “Crítica à Economia Política”, que como pontuado por Braz e Netto (2012), apropria-se de uma análise para além da esfera econômica, buscando relacionar com os ditames sociais e históricos que perpassam a conjuntura da vida em sua complexidade.

A crítica marxiana à Economia Política não significou a negação teórica dos *clássicos*; significou a sua **superação**, incorporando as suas conquistas, mostrando seus limites e desconstruindo os seus equívocos. Antes de mais, Marx *historicizou* as categorias manejadas pelos *clássicos*, rompendo com a naturalização que pressupunha como eternas; e pode fazê-lo porque empregou na sua análise um *método novo* (o método *crítico-dialético*, conhecido como *materialismo histórico*) (BRAZ; NETTO, 2012, p. 37).

Assim sendo, a era da modernidade, iniciada com o fim do modelo Feudal, e tendo como principal evento a 1ª Revolução Industrial, três principais ideologias serão destacadas, o chamado Liberalismo Clássico, o Keynesianismo, e o Neoliberalismo. Este último como eixo de mudança entre a modernidade e a pós-modernidade, que já se depara com impactos do ultraneoliberalismo, a ser desenvolvido no próximo item.

O liberalismo clássico, se propaga com o discurso de autonomia do mercado em se autogerir, frente ao controle do Estado, consolidando na defesa da “mão-invisível do Estado” e tendo como principal teórico Adam Smith e sua obra: *A riqueza das nações* de 1776.

Possuindo um enfoque referente às principais potências econômicas da época, Inglaterra, Grã-Bretanha entre outros. A defesa de Adam certamente se refere à realidade de um ser social específico e restrito.

A doutrina da liberdade natural de Adam Smith é dirigida, isto sim, contra as interferências da legislação e das práticas exclusivistas características do mercantilismo que, segundo ele, restringem a operação benéfica da lei natural na esfera das relações econômicas. É disso que a doutrina derivou seu apelo político e veio a constituir-se no fundamento teórico do programa dos estadistas livre-cambistas em todo o mundo que, no século seguinte, acabaria por reduzir a ruínas o ordenamento jurídico da antiga ordem econômica internacional (SMITH, 1996, p.12).

Dessa forma, o liberalismo consolida uma relação parcial com o Estado, que deveria se preocupar com a garantia dos interesses econômicos advindos das

demandas do mercado, já manifestando um afastamento das ações entre Estado e classe trabalhadora.

Ajustado a um cenário econômico de explosão de revoltas sociais, mobilizadas contra os constantes cortes de direitos da classe trabalhadora - isso no cenário Inglês do século XIX - as constantes derrotas em tribunais mobilizaram a união dos trabalhadores ingleses na luta por condições de vida e trabalho mais dignas.

Destaca-se que os processos , perpassados pela historicidade dos mesmos, constroem-se em uma realidade dotada de conflitos guerras, mas principalmente pelo processo de globalização e mundialização do capital, conforme trazido por Hobsbawm (1995):

a história da economia mundial desde a Revolução Industrial tem sido de acelerado progresso técnico, de contínuo mas irregular crescimento econômico, e de crescente 'globalização', ou seja, de mais uma divisão mundial cada vez mais elaborada e complexa de trabalho; uma rede cada vez maior de fluxos e intercâmbios que ligam todas as partes da economia mundial ao sistema global (HOBSBAWM, 1995,p. 92)

Não cabe aqui pontuar os motivadores para tal conflito, mas destacar a funcionalidade desta para a manutenção do sistema Capitalista. No “encerramento” desse liberalismo frente às dificuldades de reestruturação econômica das grandes potências da época.

Principalmente frente à insuficiência de matérias-primas para importação, destaca-se o exemplo dos EUA, que ocupava o 2º lugar de importador de insumos, sendo responsável por 40% de toda a importação de países de capital periférico<sup>10</sup>, diminuíram sua participação nesse processo, culminando na queda de 70% das importações entre 1929 e 1932 (HOBSBAWM, 1995, p.102).

A conjuntura era de uma guerra mantida por trabalhadores esgotados, sem acesso à garantia de direitos mínimos para subsistência, e como apontado por Sennett (2006), mecanizados e presos a uma responsabilidade para com a velocidade da produção.

A eficiência se manifesta nesse espaço, onde a busca não é por um operário fiel, ou qualificado; mas rápido e complacente, tão imerso no processo produtivo que

---

<sup>10</sup> Para Antunes “não é demais lembrar que as formulações que hiper dimensionam o trabalho imaterial e o convertem em elemento dominante frequentemente desconsideram as tendências empíricas presentes no mundo do trabalho no Sul global, onde se encontram países como China, Índia, Brasil, México, África do Sul, etc., dotados de enorme contingente de forças de trabalho” (ANTUNES, 2020, p. 87).

não se enxerga fora dele, a racionalização do tempo que sustentava a forma de trabalho, resultou numa falta de tempo para o desenvolvimento de um sujeito social, que possuiria uma vida alheia ao ambiente de trabalho.

As expressões da guerra sobre a vida dos sujeitos para além de tudo desumanizam, eles próprios, é o que Benjamin (1994), aponta como um fenômeno aonde os soldados voltavam dos campos de batalhas mudos.

Isso se deve à impossibilidade de criar experiências e lembranças de vida edificantes, que tinham valor positivo, pautadas por um sofrimento referido às vivências lá criadas. O ser social “retorna”, sem uma característica coletiva e capacidade de mobilização social, visto as experiências “inenarráveis” que haviam conhecido.

Compreende-se que o advento da guerra “findou” o discurso liberal, mas não sua influência para o que se consolidará enquanto Teoria Keynesiana, com principal pensador John Keynes, e principal obra: *A teoria Geral do desemprego do jogo e da moeda*, publicado em 1936. Insere a necessidade de um Estado interventor às demandas sociais, porém restrito a consolidação do que se institui como Welfare State<sup>11</sup>.

A ideia é congruente com o que se presencia nesse momento de crise do Capital, o giro da economia onde o:

Estado torna-se regulador com a função de reestabelecer o equilíbrio econômico. Assim, o sistema produtivo fordista (produção e consumo em massa), se agrega ao keynesianismo para engendrar alternativas para a crise, a partir da junção do sistema produtivo com a intervenção do Estado na economia. Orientados pela produção em massa e para o consumo das massas (SANTOS, 2007, p.4)

Logo, reconhecendo a necessidade de possibilitar ao trabalhador a obtenção de poder de compra. Salienta-se, não por benevolência ou por entender que esse tem direito a obtenção do que é fruto do seu trabalho, mas, meramente pela necessidade de escoamento de capital e da queima dos grandes estoques estagnados pela crise de 29; Esses foram os “anos dourados da capital”.

---

<sup>11</sup> Este de acordo com Behring e Boschetti se “[...] institucionalizou a possibilidade de políticas mais abrangentes e universalizadas, baseadas na cidadania, de compromisso governamental com aumento de recursos para expansão de benefícios sociais, de consenso político em favor da economia mista e de um amplo sistema de bem-estar de compromisso estatal com crescimento econômico e pleno emprego” (PIERSON, 1991 *apud*. BEHRING e BOSCHETTI, 2011, p. 92).

O que circundava esse momento mundial era a propagação de pensamentos como nazismo e fascismo, que de certa forma vão contra a lógica de produção exacerbada e lucro extremo como focos centrais, então resta aos “defensores” de tal modelo (capitalista) a criação de uma face mais mansa, mais adoçada do mesmo. Onde foram estabelecidos princípios mais humanizados e sociais as medidas capitalistas.

Na estruturação de uma sociedade (tanto na maioria capitalista, mas com enfoque no Brasil) da promoção de emprego pleno como viés edificador da vida, impulsionando a visão ampliada para as análises sociais, há a mudança na lógica do “Estado Liberal pelo Estado Social, e, por conseguinte, a do Estado inerte pelo intervencionista. Em suma, o Estado liberal, que incorporava a ideia do Estado de Direito, desapareceu, dando lugar a um novo modelo, o Estado social” (PIMENTA, 1998, p. 134).

Como apontado por Pimenta (1998), gerindo um Estado que estaria mais preocupado com o social, mas no que se refere a garantia de emprego, correlaciona-se o desemprego a uma questão estrutural, porém transitória na dinâmica social da reprodução da vida (KEYNES, 2012).

Complexo de compreender tal ponto de vista, porém o que o teórico incitou é a normalidade da situação de desemprego como pertencente a estrutura capitalista, porém esse se devendo a um momento de desequilíbrio da perpetuação desse “bem-estar”, seria uma fase enfrentada para alcançar uma sociedade em que todos estariam bem assim que empregados, o desemprego seria diretamente relacionado ao não funcionamento pleno da economia (KEYNES, 2012).

Desta forma:

De qualquer modo, a redenção quase-religiosa que Keynes propõe como real não é o verdadeiro propósito de seu discurso. Ele oferece o prêmio moral-religioso da ‘recompensa final’ aos indivíduos - para quem a terra prometida está no mundo do além, pois em cem anos estarão todos mortos - com a condição de que troquem a busca por uma possível mudança radical num futuro não tão distante pelo seu adiamento para além de qualquer possível expectativa de vida, aceitando assim com santa resignação a ordem estabelecida das coisas (MÉSZÁROS, 2004, p.20).

Sinaliza-se, porém, que o desemprego não é uma situação ou fato isolado, não é pontual ou temporário, mas algo estrutural ao capitalismo, esse modelo de reprodução social visa o lucro<sup>12</sup>, que se dá através da exploração da *mais-valia*; Marx

---

<sup>12</sup> Lê-se em BOTTOMORE, T., 2013.

(2017) estabelece muito bem o fluxo de intencionalidades deste modelo, na consolidação de uma crítica a esse cenário onde para que os donos dos meios de produção lucrem, haja necessariamente a expropriação da força produtiva de trabalho (MARX, 2017, p.578).

Deste modo, o modelo neoliberal citado, se estrutura de forma bem própria, isso se devendo principalmente pelo patrocínio às Ditaduras Civis Militares em países da “periferia do capital”<sup>13</sup> como teste.

Frente a essa dúvida, para assegurar se, de fato, iriam “vingar”, os países capitalistas centrais; principalmente os EUA (Estados Unidos da América) patrocinaram governos ditatoriais onde a população não teria poder de intervenção contra cortes e reestruturações nos cenários mais diversos, mas também do trabalho, para “constatar no que ia dar”.

Como se instaurou a neoliberalização e quem o fez? A resposta em países como o Chile e a Argentina nos anos 1970 foi tão simples quanto rápida, brutal e segura: um golpe militar apoiados pelas classes altas tradicionais (assim como pelo governo norte-americano) seguido pela cruel repressão de todas as solidariedades criadas no âmbito dos movimentos trabalhistas e sociais urbanos que tanto ameaçaram seu poder. Mas a revolução neoliberal que se costuma atribuir a Thatcher e Reagan a partir de 1979 tinha de ser instaurada por meios democráticos (HARVEY, 2013, p. 49).

Percebe-se que tais conflitos surgem não do nada, mas com um propósito de “sanar” a crise capitalista que advêm de uma necessidade de reestruturação do mesmo<sup>14</sup>. Dessa forma, com o discurso de flexibilização, desregulamentação, bem como ao ataque ao que é público se instaurou “sem conflitos” na lógica neoliberal<sup>15</sup>, compilada na tutela do Estado aos interesses da economia sob as demandas sociais.

O que justificou o afastamento de investimentos em demandas sociais e principalmente públicas foi o discurso de que para acabar com os problemas de cunho social haveria a necessidade de uma economia “agitada” e pronta a receber todos os trabalhadores.

---

<sup>13</sup> Explicitado por: BELLUZZO; TAVARES, FIORI, J. L. 2004.

<sup>14</sup> Consoante ao mencionado por Mészáros: “as crises cíclicas foram sintomas dos limites relativos do capital, que tão logo neutralizadas, eram sucedidas por longos períodos de crescimento e desenvolvimento produtivo [...]. Entretanto o capital, na medida em que não reconhece qualquer personificação capaz de estabelecer-se limites, revela-se como um sistema de metabolismo social ontologicamente incontrolável” (MÈSZÁROS, 2004, p.152).

<sup>15</sup> Onde como citado por Oliveira e Palácios (2009): “a ética neoliberal preconiza a valorização da liberdade individual, que se realiza na propriedade privada dos bens de produção e consumo.”

Esse foi e é o discurso difundido pelo neoliberalismo para justificar o tripé que o fundamenta: privatização, focalização e descentralização. Juntamente a essa face mais “humanizada do capital”, assim como trazido por Netto (2010, p. 253-254):

A novidade ideo-política é aqui indiscutível: se mesmo entre os estruturalistas não marxistas havia um denominador como anticapitalista (talvez seja possível verificar, neles, a reiteração daquela epistemologia “e direita” justaposta a uma ética “de esquerda” de que falava Lukács), os *novos filósofos* rompem expressamente com ele: agora, trata-se de prioritariamente defender a ordem burguesa em nome da “liberdade”, inclusive porque é ela que se mostra a mais adequada para o combate ao “totalitarismo”- leia-se: ao socialismo, não o identificado como experiência soviética, mas como necessária das ideias de Marx.

Frente a tal panorama se propaga o que se entende como a “ideologia pós-moderna”, a qual se estrutura mais efetivamente na década de 1970, e conta com um aparato acadêmico extremamente compassível. Principalmente pelo fato de que nenhum tipo de conhecimento se estrutura dissociado de um ponto de vista, em função da defesa de alguma lógica<sup>16</sup>, essa em questão (pós-modernidade) construindo uma realidade não tergiversadora, mas falsa.

[...] *falsa*, na exata escala em que não pode reconhecer a sua própria historicidade (ou seja, o seu condicionalismo histórico-social); mas igualmente *consciência*, na precisa medida em que fornece um certo tipo de *conhecimento* que permite aos homens e mulheres moverem-se na sua vida cotidiana. E é nessa condição de falsa consciência que ela opera seja como tensões e contradições (NETTO, 2010, p. 266).

Desenvolvendo que a heterogeneidade é característica desse movimento, ainda existem consonâncias que possibilitam a compreensão do mesmo (NETTO, 2010), dentre estes três serão destacados, como trazidos por Netto (2010), sendo a construção do que se considera verdade, fruto de um coletivo subjetivo, e não de uma construção subjetiva dos seres; da dissolução da totalidade, que representam um distanciamento do real; e na criação de aparências, no mundo das ideias e imagens, perpassado por hiper-realidades, complexas e distintas (NETTO, 2010).

Pautadas pela construção de uma ideologia que se estrutura da forma em que Mészáros (2004) critica a leitura de Keynes sobre Marx, na qual: “obviamente, o pensamento que identifica os próprios desejos com a realidade não conhece vergonha

---

<sup>16</sup> Oliveira faz a seguinte reflexão: “porém, a ciência não é neutra, nem isenta dos impactos dos processos políticos e sociais, também historicamente instaurados.”, frente a isso concebe-se que a produção de conhecimento é historicizada e atrelada a um contexto próprio no que se desenvolve (OLIVEIRA, 2021).

nem limites” (MÈSZÁROS, 2004, p.17), bem como a respeito do caráter pós-moderno na construção das verdades múltiplas, sujeita a toda incerteza.

Isto posto, a chegada da pós-modernidade se relaciona a um princípio bem importante obtido a partir do fim da ditadura da dominação social, que seria impessoal, ou seja, ela não depende de uma especificidade de indivíduo, pelo contrário, abstrata, eis o “pulo do gato” - não precisa mais de uma figura física, alguma espécie de "algoz". Se dá de forma “automática” - se reproduz no inconsistente<sup>17</sup> já atrelado ao sujeito e objetiva, pois ela tem para além de uma funcionalidade lógica, uma espécie de fluxo contínuo de reprodução.

A relação desta dominação se dá pelo fato de que o indivíduo social abstrato, produz suas experiências de alienação, que dispensam um Estado autocrático, e dessa forma a permanência da ditadura se fez desnecessária.

No mais, somatizam a defesa de uma realidade singular de perpetuação e efetivação da dita “liberdade”, estabelecida pela burguesia, que em caráter geral para a classe trabalhadora se restringe a venda de sua força de trabalho. Ainda agudizada pelas dinâmicas neoliberais de individualidade ordenam uma responsabilização pessoal para o alcance de objetivos.

## **1.2- Neoliberalismo e ultraliberalismo, aspectos sobre a classe trabalhadora**

Destarte, a influência do neoliberalismo sobre a reprodução social da vida influenciou e ainda vigora, no entanto, como trazido por Cislighi (2020):

O neoliberalismo passou e segue passando por transformações a partir de novos arranjos, da apropriação de pautas progressistas em determinado momento do ciclo histórico, culminando em sua face ultraneoliberal no momento presente, que não rompem nunca, entretanto, com seus principais objetivos e fundamentos.

Sobre essa perspectiva, a estruturação das políticas e dos pensamentos/ideologias<sup>18</sup>, da própria construção do sujeito desenrolam-se por uma referida utilidade para perpetuação desta abstração total da responsabilidade do

---

<sup>17</sup> Referente a isso, se embasa sobre a construção da ideologia, que segundo Chauí “um processo subjetivo consciente, mas um fenômeno objetivo e subjetivo, involuntário, produzido pelas condições objetivas da existência social dos indivíduos” (CHAUÍ, 1981: p.18).

<sup>18</sup> Referente ao conceito e percepção sobre ideologia ver em: MÈSZÁROS, 2004.



Estado sobre o social; “enfim, as ideias contemporâneas respondem às necessidades deste tempo histórico, de barbárie, fragmentações, esgarçamento do tecido social e de retomada de práticas conservadoras e irracionais, no interior das instituições” (BORGES; MATOS, 2020, p.80).

Denunciando uma característica importantíssima dessa “nova” realidade, do irracionalismo<sup>19</sup> e ultraconservadorismo, que embasados nesse discurso a fim de justificar razões de cunho de austeridade fiscal, intolerância, intromissão de preceitos religiosos na política, entre outros (BOSCHETTI; BEHRING, 2021), compõe uma dinâmica social dotada das hiper-realidades pós-modernas, vislumbradas em um redirecionamento do ser social, enquanto autor transformador de sua realidade social de forma autônoma.

Essa característica do ultraneoliberalismo impulsionada pelo discurso pós-moderno, de autonomia e responsabilização individual, estrutura um cenário de fragmentação do processo produtivo. Como esclarecido por Sennett (2006, p. 55):

Uma vez reformada, a empresa dotada de flexibilidade torna-se incapaz de mapear esse território mais desconexo. O centro governa a periferia de uma forma específica. Na periferia, as pessoas estão por conta própria no processo do trabalho, sem muita interação para cima e para baixo na cadeia de comando; não existe algo parecido com um relacionamento social entre um operador de máquinas de pontear sapatos tailandês e um estilista milanês; para usar a expressão de Soros, eles mais transacionam que se relacionam. Os que se encontram na periferia só devem prestar contas ao centro em matéria de resultados. Ao fim e ao cabo, esse relacionamento distanciado é a geografia da globalização.

Dessa forma, o sujeito circunscrito a este universo encontra-se isolado e devendo dotar de individualidade. Seu trabalho se resume a mera força reprodutiva onde esse não é nada além de uma parte da “grande engrenagem do capital”. Dessa forma, a automação do trabalho se acentua ainda mais com a intercessão da internet, na vida cotidiana, e mais ainda no ambiente de trabalho.

Concomitante ao autor anteriormente citado, (SENNETT, 2006) acarreta em um trabalhador com um novo caráter, de inquietação e pluralidade, onde o indivíduo busca sempre se manter atualizado, e nunca chegando a um nível de qualificação satisfatória. Esse há de querer se afirmar mais avançado que as máquinas que os

---

<sup>19</sup> Para Lukács o irracionalismo: “que as diferentes etapas do irracionalismo surgiram como respostas reacionárias a problemas da luta de classes. O conteúdo, a forma, o método, o tom etc. de sua reação contra o progresso da sociedade não são determinados por tal dialética interna própria ao pensamento, mas, sobretudo, pelo adversário, pelas condições de luta que são impostas à *bourgeoisie* reacionária. Isso deve ser fixado como um princípio básico do desenvolvimento do irracionalismo”(LUKÁCS, 2020, p.14)

cercam (SENNETT, 2006, p.47), estruturando a relação da “criatura que se virou contra o criador”, onde os trabalhadores temem as máquinas, que por esses são produzidas.

Sob essa realidade, se desenrola o censo de responsabilização individual que se institui no capitalismo contemporâneo como, por exemplo, o empreendedorismo. No qual todos podem ser seus próprios chefes, ditar suas próprias regras, e assim se autogerir – a regra da flexibilização – os indivíduos são capazes e competentes de garantir independentemente como levarão a vida.

De antemão, evidenciar dois quesitos, o individualismo e a meritocracia parecem extremamente pertinentes para a consolidação da fundamentação subjetiva que circunda os seres na atualidade.

Preliminarmente, o individualismo não é nada intrínseco ao ser humano, em divergência a reflexão de Hobbes (2003) de que todos os homens “nascem maus e tornam-se do bem”, melhor contextualizando, se adéquam às normas sociais de civilidade, imbuí um caráter de possível mudança, mas ainda de uma conformação para com comportamentos “desumanos”<sup>20</sup>, exemplificativamente.

Não se faz aqui uma dualidade filosófica, ou atrela ao filósofo a defesa de tais comportamentos, apenas se constrói um contexto para melhor aludir a percepção do que viabiliza a instituição de pensamentos como, advindo de uma conjuntura social, histórica compelindo em um cenário viável de propagação.

Logo, esse individualismo acarretado por processos históricos e em constantes atualizações e reformas servem a uma lógica capitalista que:

Na verdade, o que poderia ser mais racional que a supressão da individualidade na mecanização de performances socialmente necessárias, mas penosas; que a concentração de empreendimentos individuais em corporações mais eficientes, mais produtivas; que a regulamentação da livre competição entre sujeitos econômicos desigualmente equipados; que a restrição de prerrogativas e soberanias nacionais que impedem a organização internacional de recursos? Que este ordenamento tecnológico envolva também uma coordenação política e intelectual pode ser uma evolução lamentável, mas ainda promissora (MARCUSE, 2021, p.41).

É bem verdade que o sentimento de coletividade nos fortalece, em atitudes simples e impulsivas busca-se apoio no outro para se sentir seguro, como quando andando em algum local perigoso sozinho e de repente vê-se um grupo,

---

<sup>20</sup> Conforme o dicionário: “Que não possui nem expressa humanidade; que tende a ser cruel; bárbaro.” Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/desumano/>> Acesso em: 8 mar 2023.

instintivamente se aproxima, ou quando mulheres chamam outras para ir ao banheiro de algum estabelecimento, ou até mesmo quando nos emocionamos ouvindo um coro cantando; se sentir parte de algo motiva a luta pelo bem-estar coletivo, de todos que integram essa realidade.

É o que Lukács (2018) pontua como “classe para si”, nesse pertencimento e reconhecimento do outro como um igual, mesmo que não seja composto pelas mesmas totalidades que se estruturam, fazem parte da mesma categoria, da mesma classe.

A centralidade da realização pessoal como meta de vida advém de uma relação histórica que visa garantir ao outro, exatamente esse lugar, de “outro” (RIBEIRO, 2018), não, a um semelhante. Situar um sujeito como diferente imputa, automaticamente, um afastamento, chega a ser evidente que quem difere não é igual, e se esse não é um igual, por que se importar com ele?

Estabelecer essas “relações de outros”, para a classe trabalhadora serviu e vem servindo para justificar/naturalizar as desigualdades estruturalmente causadas pelo capitalismo, e ainda mais profundas na realidade ultraneoliberal, afastar-se do dissemelhante, torná-las mais justificáveis. Enquanto esse ocuparia tal residência com condomínio de luxo, o outro não tem acesso à água potável, mas aí está, ele é apenas o “outro”.

Utilizando-se de Nogueira (2020, p.41), “toda forma de preconceito emerge de uma postura social, histórica e cultural que pretende, a um só tempo, segregar para dominar e, proporcionalmente, determinar e manter um padrão, marcadores de prestígio e de poder.”

E o que seria a sociedade individualista pós-moderna, se não uma realidade em que esses preconceitos para além de legitimados são intrínsecos a reprodução social da vida. Em uma realidade onde o ultraconservadorismo se ampara nas relações de cunho social, político e ainda econômico somatizam em uma pessoa dotada de isolamento, por acreditar tanto em uma superioridade, e/ou em uma impossibilidade de identificação.

Logo a partir de tal discurso de: possuir isso por ser merecedor, associado a um esforço inerente e vontade própria, hasteia-se a bandeira meritocrática. Não cabe discutir se há ou não um sistema de efetividade dessa meritocracia, mas conceber

que “[...] a transformação deste sistema meritocrático existente no plano formal e no plano do discurso, em uma prática social meritocrática” (BARBOSA, 1996, p. 59).

Ainda consoante a Barbosa (1996, p.64):

Neste contexto, a avaliação de desempenho, e o resultado que dela advém em termos de mobilidade vertical interna nas empresas, funciona como um instrumento fundamental para a satisfação de algumas dessas necessidades, induzindo as pessoas a tentarem obter resultados melhores com vistas a obterem recompensas maiores.

A alienação imanente a essa “prática” se dá pela desconsideração dos fatores de desigualdade estrutural que fundamentam o capitalismo, constrói-se uma narrativa onde correr atrás para alcançar os espaços, conferem uma desresponsabilização e verdadeiro desinteresse sobre as causas reais que circunscrevem a pobreza por exemplo, ou a fome, o racismo, misoginia e machismo, enquanto realidades.

É a simples negação da empatia, não se defende um estereótipo de bondade ou um manual a ser seguido para ser um “cidadão do bem”, seja lá o que isso quer dizer, mas em exponenciar o espanto a abstração e objetificação total humana enquanto espécie coletiva.

O discurso meritocrático se funda nas bases da obsolescência do reconhecimento do próximo como merecedor de todos os direitos, de que todos deveriam ter acesso a condições mínimas de vida, não cabe aqui a defesa de uma sociedade comunista ou socialista, mas de criticar como o capitalismo desumaniza os seres humanos, ao conferir um olhar para o outro desumanizado.

Assim, segundo essa lógica, o “simples” esforço garantiria o sucesso, a frase é: “se eu fizer por merecer posso chegar lá, eu, eu, eu”, essa é a questão; a centralização do indivíduo como único e principal responsável por seu sucesso é o que está por de trás das ideologias apresentadas anteriormente; configurar apenas a si o alcance de seus ideais imputa na exclusividade e relação individualista, extremamente sufocante (HAN, 2017), de “se não conseguir é culpa minha”.

O empreendedorismo se relaciona diretamente com essa necessidade de desresponsabilizar o sistema de suas falhas, como afirma Oliveira e De Souza (2022) sobre a desresponsabilização do Estado perante a proteção social, a qual se manifesta pelo processo de privatização e apoio a rentabilidade das empresas que possuem como empreendimento saúde, educação entre outros fins, onde o Estado realiza suas políticas em parceria com o público e o privado.

Logo, não são falhas, na realidade, é o que o mesmo (Estado) propõe, a capciosidade de subversão de um olhar crítico para além das aparências; inscreve o ser social em uma situação de extremo estresse, de comprimento rápido de demandas, de aceleração, para alcançar logo o que se quer; já que só dependeria do seu querer e capacidade de gerir seus passos para chegar lá.

[...] apoiado sob o mantra da flexibilização, são profundamente incentivadas ações direcionadas ao individualismo e autonomia, desde que alinhadas aos interesses e necessidades organizacionais, inclusive na responsabilização dos indivíduos pela própria capacitação profissional. No entanto, o isolamento e alto nível competitivo vivenciado, a impossibilidade de conciliar objetivos pessoais e organizacionais ou mesmo diferentes demandas organizacionais, assim como as constantes incertezas a respeito das rotinas profissionais e manutenção do posto de trabalho, resultaria por gerar conflitos pessoais e a identificação de contradições insolúveis por parte do trabalhador. Como forma de amenizar e suportar tais condições, o sequestro da subjetividade dos trabalhadores se apresenta tanto como uma ação organizacional para controle e orientação dos comportamentos individuais, quanto uma solução, do ponto de vista do trabalhador, diante de tantas incertezas (BÉHAR, 2019, p.267).

Imputam na pós-modernidade uma realidade da era dos extremos, onde se quer tudo, o mais rápido possível e sem se importar com as consequências desde que essa seja suprida.

O que acontece é que, na tentativa de consumir o projeto de definição de uma aristocracia natural, a vida mental dos seres humanos assumiu uma forma superficial e acanhada. Dessa busca foram excluídos a referência social, o raciocínio sensato e o entendimento emocional, assim como a crença da verdade (SENNETT, 2006, p. 112).

É possível entender que a tais preceitos possuem uma funcionalidade lógica para a manutenção do sistema, o ultraliberalismo enquanto característica pós-moderna do neoliberalismo, acua os seres a um lugar de tensões e estresse não os permitindo, ao menos, se identificar com o outro, culpabilizam-se e atribuem a si exclusivamente os sucessos e fracasso.

A “sociedade do desempenho” (HAN, 2017, p. 79) imputa apenas um caminho ao indivíduo, de adoecimento físico e psíquico.

### **1.3- Alienação e fetichismo da mercadoria, a reificação das relações sociais**

O que perpassa em tal cenário que possibilitaria tamanhas submissões e concessões é uma das principais categorias apresentadas por Marx (2010), a alienação, a relevância de pontuar o que essa é, está na tentativa de compreender

como esses seres pensantes e que se “diferenciam de todos os outros animais” por possuir “consciência” e capacidade de decisão, na verdade se submetem a um padrão pré-programado.

A alienação enquanto categoria se atrela a muitas outras, porém será trazido aqui para além desta apenas, a reificação, e do fetichismo da mercadoria, julgando que essas serão ímpares para contextualizar o cenário ultraneoliberal de adoecimento psíquico do trabalhador pós-moderno.

Assim sendo, a alienação também como um processo ideológico que transforma tudo em mercadoria (MÈSZÁROS, 2016), ou seja, de assujeitar o indivíduo, na perda de todos os aspectos sociais e ontológicos que comporiam seu senso crítico, meramente rebaixando a um objeto, passível de venda, troca, algo descartável.

A alienação, por conseguinte, é caracterizada pela extensão universal da “venalidade” (isto é, a transformação de tudo em mercadoria); pela conversão dos seres humanos em “coisas”, de modo que possam se apresentar como mercadorias no mercado (em outras palavras: a “reificação” das relações humanas); e pela fragmentação do organismo social em “indivíduos isolados” (“*verinzelte Einzelnen*”) que buscam seus próprios objetivos limitados, particulares, “na servidão da necessidade egoísta”, transformando em virtude o seu egocentrismo no culto que prestam à privacidade (MÈSZÁROS, 2016, p.40).

Logo, a alienação muito mais do que restrita ao espaço empírico e subjetivo se encontra no espaço da reprodução cotidiana da vida, os fenômenos anteriormente destacados (individualismo, meritocracia e empreendedorismo) são ótimos exemplos de como se dá esse processo na realidade; abstrair do outro sua humanidade para assim poder seguir seus ideais na busca por lucro, é um retrato perfeito de como o pensamento alienado impera no sistema capitalista.

Estruturando um panorama de mercantilização da vida, a reificação desenvolvida anteriormente se dá nesse caminho, onde o sujeito aceita as formas de submissão, porém esse em um contexto pós-feudal, o que se vê é a autoexploração. Enquanto antes se dependia de um terceiro para supervisionar o trabalho e dessa maneira ser uma referência de a quem se deveria prestar explicações, na “sociedade do desempenho” (HAN, 2017, p.79) esse papel é transferido ao próprio trabalhador, sendo que:

O regime neoliberal transforma a exploração imposta por outros em uma autoexploração que atinge todas as classes. Essa autoexploração sem classe é completamente estranha a Marx e torna a revolução social impossível, já

que esta é baseada na distinção entre exploradores e explorados. E, por causa do isolamento do sujeito de desempenho explorador de si mesmo, não se forma um *Nós político* capaz de um agir comum (HAN, 2020, p.16).

Destacando os pontos citados por Han, não está se desconsiderando os conceitos teorizados por Marx, e sim salientando que esse emparelha suas análises referentes ao período histórico em que estava inserido, e Han se depara com “novas” dinâmicas sociais ou, que seriam apenas resquícios modificados das anteriores.

Conforme expõe Barbosa (1996, p. 64):

Um outro aspecto central desta discussão, sistematicamente ignorado, mas que nos permite enfocá-la em uma outra perspectiva, é a evidência histórico-sociológica do dilema que as sociedades complexas, de forma geral, sempre enfrentaram entre escolher o mérito, a antiguidade e o status hereditário na hora de se organizarem social e administrativamente. Mais ainda, o reconhecimento secular de que a capacidade individual é aleatoriamente distribuída entre os diferentes segmentos, sem que isso implique uma concepção igualitária de sociedade.

Sequenciando assim, que o regime neoliberal tem um caráter letárgico de neutralização do indivíduo, muito além de uma alienação, uma absoluta abstração do indivíduo como protagonista alheio ao trabalho na sua vida. A transferência total da satisfação para o consumo, ou seja, a obtenção de mercadorias, é atravessada por uma cobrança individual de si, sobre si para poder obter tal mercadoria, atrelada a sucesso e realização.

Dando uma roupagem agressiva a qual Marx define enquanto *fetichismo da mercadoria*, em primeira mão vale definir o conceito de mercadoria, que virá embasado em sua obra: O capital (Livro 1, 2017).

Nesse sentido, a mercadoria prioritariamente se relaciona a algo utilizado para satisfazer uma necessidade de qualquer origem, então viria de uma demanda, quer dizer que sua existência depende de uma carência. Logo, para se produzir tal coisa depende de uma necessidade prévia, sua confecção seria subjacente a um requerimento, e além de tudo algo externo, e com uma funcionalidade pré-estabelecida (MARX, 2017, p.113)

O fetichismo se dá justamente pela abstração de uma funcionalidade real de uma mercadoria, está se atrela mais a um querer ter do que demandar, vem de uma vontade, e não carência. Resultante do ponto de vista que “é apenas uma relação social determinada entre os próprios homens que aqui assume, para eles, a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas” (MARX, 2017, p.147).

Desse modo, o fetichismo da mercadoria se relaciona ao reconhecimento desta como “igual”, dotada de valor, e que isso é plausível. Ou seja, o sujeito vende sua força de trabalho para receber dinheiro - no sistema capitalista vigente atualmente -, produzido pelos humanos, que recebem uma certa quantidade deste em troca da sua força produtiva. Se deparando com objetos produzidos pela própria classe, mas que não consegue se enxergar como participante do processo produtivo desta, e assim compram, ou seja, trocam pelo dinheiro o qual esse recebeu pela venda de sua força de trabalho, para adquirir esse objeto produzido pela própria classe trabalhadora, construindo uma privação do *trabalho social total* (MARX, 2017, p. 148), investido na feitura de tais mercadorias.

E o que cabe discutir agora, é essa incapacidade de se reconhecer enquanto parte do processo produtivo compilando em indivíduos ansiosos, depressivos e com burnout<sup>21</sup>, por exemplo (HAN, 2017). A alienação é intrínseca a essas relações capitalistas, onde na pós-modernidade acarreta uma realidade de indivíduos contentados com as imposições das relações sociais centralizadas no trabalho (HAN, 2017).

A sociedade contemporânea caracterizada por Han como “sociedade do cansaço” (HAN, 2017) está inserida em um estágio de euforia, em que a alienação perpassa as relações sociais focadas no alcance de uma felicidade individual adquirida pela autogestão do trabalho no acúmulo de riquezas, planeada nessa “[...] transformação de necessidades sociais em necessidades individuais é tão efetiva que a diferença entre elas parece ser puramente teórica” (MARCUSE, 2021, p.47).

Estruturando uma dinâmica onde adoecimento mental e reprodução social de vida parecem ser indissociáveis.

---

<sup>21</sup> O Ministério da Saúde a define como: “Síndrome de Burnout ou Síndrome do Esgotamento Profissional é um distúrbio emocional com sintomas de exaustão extrema, estresse e esgotamento físico resultante de situações de trabalho desgastante, que demandam muita competitividade ou responsabilidade. A principal causa da doença é justamente o excesso de trabalho.”. Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/s/sindrome-de-burnout> Acesso em: 16 mar 2023.



## CAPÍTULO 2- CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO E SAÚDE MENTAL: A POPULARIZAÇÃO DA COMPETITIVIDADE

Dando sequência ao trabalho na segunda parte deste, buscou-se fazer a relação já minimamente estabelecida, entre a ideologia ultraneoliberal pós-moderna, influente nas relações sociais e seus rebatimentos para a saúde mental. Visto as transformações ocorridas, que conferem às pessoas, a crença de possibilidade, estruturadas pelas estratégias acima destacadas.

Do individualismo e meritocracia enquanto facilitadores da reprodução da prática capitalista de vida.

[...] a forma como tal captura se dá passa, necessariamente, pela construção e reafirmação de ideologias no ambiente organizacional, notadamente a ideologia gerencialista (GAULEJAC, 2014). Na definição do autor, tal ideologia se apresenta como um sistema de pensamento manipulador, apoiado sob o pretexto da absoluta racionalidade e utilitarismo, mas com efetiva orientação para ilusão e dissimulação de uma lógica de dominação e controle. Por trás de tal ideologia encontra-se a real motivação para tal manobra: “[...] dominação de um sistema econômico que legitima o lucro como finalidade” (GAULEJAC, 2014 apud. BÉHAR, 2019, p.251-252).

Dessa forma, a sobrevalorização das mercadorias e venda de “experiências”, ocupam papel central nas relações sociais e busca pelo que se entenderá como saciedade e felicidade. Corroboram, com o que Han (2022) destaca como *algofobia*<sup>22</sup> onde:

A algofobia tem por consequência uma *anestesia permanente*. Toda condição dolorosa é evitada. Torna-se suspeita, entretanto, também as dores e amor. A algofobia se prolonga no social. Conflitos e controvérsias que poderiam levar a confrontações dolorosa têm cada vez menos espaço. A algofobia se estende também à política. A coação a conformidade e a pressão por consenso crescem. A política se orienta em uma zona paliativa e perde toda vitalidade. A “falta de alternativa” é um *analgésico político*. [...]. Uma pós-democracia se anuncia. Ela é uma *democracia paliativa* (HAN, 2022, p. 10).

Portanto, em consonância a essas demarcações serão estruturados os assuntos subsequentes.

---

<sup>22</sup> Como exposto por Han: “hoje impera em todo lugar uma algofobia, uma angústia generalizada diante da dor.” (HAN, 2022, p.9)

## 2.1- Meritocracia e individualismo: a reificação das relações sociais

Compreendendo as mudanças constantes do capitalismo a fim de sua remanescência, houve reflexos imanentes na sociedade. Em vista dos dados fornecidos pela Organização Mundial da Saúde (OMS), onde mais de 1 (um) bilhão de pessoas são atingidas por algum comprometimento com a saúde mental (2021).

A crescente nos números de diagnósticos de cunho mental, foi tamanha que influenciou a OMS, na criação de um plano voltado tanto para o monitoramento de acesso, governança, dentre outras demandas que na busca pelo comprometimento mundial com o reconhecimento da urgência no cuidado com a saúde mental, esse foi o Comprehensive Mental Health Action Plan 2013-2020 (Plano de Ação Integral de Saúde Mental 2013–2020); que precisou ser estendido para 2030, na 72.º (septuagésima segunda) Assembleia de Saúde Mental realizada em 2019.

Esse cenário de adoecimento levou ainda ao desenvolvimento de um nicho minimamente instigante de “Transtornos Mentais Comuns” (Common Mental Disorders), pela OMS, sendo compostos por ansiedade e depressão, majoritariamente.

Em contrapartida o dado de que mais 703.000 de pessoas tiram suas próprias vidas anualmente ao redor do mundo (OMS, 2019):

Em 2019, quase um bilhão de pessoas – incluindo 14% dos adolescentes do mundo – viviam com um transtorno mental. O suicídio foi responsável por mais de uma em cada 100 mortes e 58% dos suicídios ocorreram antes dos 50 anos de idade.

Os transtornos mentais são a principal causa de incapacidade, causando um em cada seis anos vividos com incapacidade. Pessoas com condições graves de saúde mental morrem em média 10 a 20 anos mais cedo do que a população em geral, principalmente devido a doenças físicas evitáveis (OPAS, 2021).

O tratamento das doenças mentais como algo comum serve a um propósito tanto positivo quanto negativo; se por um lado descriminalizam e quebram tabus alertando a demanda de ações efetivas pelo governo para com essas, imputa uma normalização destas como algo já intrínseco à vida cotidiana moderna.

Nos diversos documentos e textos lidos advindo tanto da OMS, quanto da OPAS (Organização Pan-Americana de Saúde), uma das palavras mais atreladas à depressão é “comum”. Algo que reafirmou essa incerteza de como encarar tal proposta de leitura da condição pós-moderna e ultraneoliberal de saúde.

Destaca-se então a afirmativa de Han (2017), onde reconhece que agora as doenças psíquicas se tornam estruturais e próprias desta realidade. A relação está justamente no processo acima descrito de internalização de preceitos com serventia para a reprodução do sistema capitalista, a exemplo a meritocracia e individualismos, enrolados ao ultraconservadorismo, geram uma rachadura onde as lutas sociais se voltam para uma bandeira contra pessoas e não contra o sistema ou conceito, favorecendo discursos irracionalistas e negacionistas<sup>23</sup>.

Portanto, estamos diante do momento mais dramático para os trabalhadores(as) desta saga ortodoxa e destrutiva: o ultraneoliberalismo. O discurso é muito semelhante ao dos anos 90: a crise é do Estado e é necessário que “cada um faça a sua parte” no processo de socialização dos seus custos. Mas no mundo real, ontem e hoje ainda mais, quem paga a conta são os(as) trabalhadores(as), o que se evidencia no recrudescimento dos indicadores sociais brasileiros, destacadamente nos últimos quatro anos. (BEHRING; CISLAGHI; SOUZA, 2020, p.106).

Sendo o sujeito construído em torno dessa conjuntura, a saúde mental encontra lugar de destaque nas relações cotidianas, visto tanto as estatísticas, anteriormente expostas quanto o fator da instrumentalidade do ataque a esta como ferramentas para operação das relações tanto sociais quanto de trabalho, o sujeito encontra um ambiente de vida e trabalho inclinados ao adoecimento.

Sendo essas (relações de trabalho) uma categoria central para a compreensão das relações sociais, visto em Marx (2010) referente a finalidade do trabalho, a acumulação de riquezas se dá de uma única forma, na extração da *mais-valia*, que só se obtêm da expropriação da força produtiva de “trabalho vivo”<sup>24</sup>.

Assim, o que difere esse trabalho enquanto pós-moderno, é a base principalmente aprofundada das ideias ultraneoliberais de individualismo e certo positivismo exagerado como há de ser exposto.

Como trazido por Netto (2000) a respeito da razão pós-moderna é que:

É claro que essas posturas jogam água, ainda que não queiram, num moinho do individualismo contemporâneo, do cinismo social contemporâneo e de toda essa ideologia, segundo a qual, o que importa é o absoluto presente. O que foi ontem, o que vai ser amanhã, nós não temos nada com isso. Filtra-se aí um hedonismo extremamente mesquinho, extremamente rastaquera, que justifica inclusive, certas vinculações do pensamento pós-moderno a

---

<sup>23</sup> Ver em: BOSCHETTI; BEHRING. 2021

<sup>24</sup> Destaca-se ainda que conforme aludido/discutido por Antunes (2020) e Mendel (1975), apesar da contínua substituição do “trabalho vivo”, por “trabalho morto”, a centralidade das relações capitalistas ainda se dá pelo trabalho em si. Ainda com uma nova perspectiva de terceirização e mecanização, ainda sim o trabalho é central para a (re)construção do capital.

aceitação de políticas de traço darwinista social, que são claramente as políticas neoliberais (NETTO, 2000).

Identificar as estruturas de trabalho perpassa por essa relação de racionalização, dessa troca entre seres humanos e natureza, na busca pelo sentimento de saciedade, ou melhor de realização através da transferência das demandas sociais psíquicas e culturais a bens de consumo materiais (NETTO, 2000). Se daria na busca de materializar algo imaterial.

Consolidando um mundo do trabalho imediatista e centralizado no consumo firmando o que trazido por Sennett (2006) em seu livro: A cultura do novo capitalismo (2006), refere-se a economia contemporânea ser a das capacitações; não se trata mais apenas de ingressar no mercado, vendendo meramente sua força de trabalho; agora há um mercado de capacitações que geram veementemente mão de obra qualificada, porém que não possui capacidade de acolher tamanha quantidade de trabalhadores no mercado.

Construindo uma realidade onde há um verdadeiro exército industrial de reserva como previsto por Marx, mas um exército “superqualificado” como expresso por Sennett (2006), o ideal de qualificação que agora é enraizado principalmente pela educação mercantil/financeira, onde se estabelece um processo de automação na inserção no mercado de trabalho, a busca da aquisição de mais “instrução” seria sinônimo de um futuro emprego garantido.

Essa dita qualificação, se molda ao discurso meritocrático na estruturação desse panorama, onde se o trabalhador se esforçar o suficiente para obter tais qualificações não haverá motivos para não adentrar no mercado de trabalho. Esse discurso deturpado é o que majoritariamente rege a lógica social, se perpetuando pela “[...] herança onde a autônoma individual se volatilizou [...]” (NETTO, 2000), ou seja, onde a construção do sentimento de conquistas parte de um ponto de vista individual, advindas do processo histórico endossado pelo discurso neoliberal de um individualismo possessivo (NETTO, 2000).

A alienação, ou melhor essa, propaga tal afirmativa de forma orgânica na sociedade, a tal modo que se estabelecem e reproduzem esse pensamento como base da vida. O que se busca é conseguir adentrar o mercado de trabalho não importando a qual custo. Cabendo, apenas, ao indivíduo, “correr atrás do prejuízo”.

Dessa forma, a centralidade do eu, marcada pela modernidade na substituição do teocentrismo para o antropocentrismo<sup>25</sup>, se aprofunda na pós-modernidade individualista e de busca pela superação de insuficiência materiais. Passa ao indivíduo, ou melhor, a classe trabalhadora a tarefa de conseguir “criar o seu espaço” no mercado de trabalho.

Essa é a capciosidade que atende o sistema, de individualizar as desigualdades. Do isolamento de si e do outro, que estão distantes e que não existiriam similaridades que possibilitem se reconhecer no outro. Transferem para si o peso de mudar a sua realidade social baseada apenas em força de vontade é no mínimo cruel.

No entanto, não se pode entender como esse consegue se estabelecer dissociado daquelas máximas estabelecidas como universais, de modo a subjugar as pessoas a certas formas de trabalho na difusão de um ideal de vida. Concebe-se, segundo Barros:

As teorias pós-modernas não nos convenceram de que a modernidade foi superada e adentramos nos tempos pós-modernos, porém a compreensão da ideia de fragmentação proposta pelas vertentes pós-modernas nos remete a uma reflexão importante: não podemos negar por completo as construções pós-modernas, como o entendimento de que há fragmentação entre os sujeitos, porque, como discorrido em nosso trabalho, esse processo faz parte do tripé do neoliberalismo, que causam efeitos diversos, como a fragmentação da representação sindical, mercantilização da força de trabalho, acarretando em inserções heterogêneas no mundo do trabalho, flexibilização de direitos conquistados a duras penas pela classe trabalhadora, dentre outros (BARROS, 2014, p. 48-49).

Esse papel de veículo estratificador, vem sendo muito bem cumprido pelas redes sociais, que contribuem majoritariamente nesse processo, de definição de felicidade, um marketing da vida ideal feliz. A ascensão de *influencers*, das próprias redes sociais, reality show, são as “febres atuais” que ocupam o lugar de vitrine, servindo para além de tudo como política de “pão e circo”, abstraindo todas as dificuldades e tristezas e vendendo uma ideia de felicidade.

Melhor expressando, o que se estipula enquanto a mesma, a satisfação atrelada a ter, se baseia no caráter fantasmagórico da mercadoria, em que essa não tem uma necessidade, ou seja, não se tem uma real demanda, e sim uma vontade de

---

<sup>25</sup> Aqui destaca-se a passagem dos pensamentos que norteavam os diferentes momentos históricos, entre o teocentrismo, voltado para uma centralidade divina, e o antropocentrismo que como trazido por Dias (2008, p.37) o “antropocentrismo é uma postura política, filosófica e ética, difundida pelas diversas sociedades humanas, refletido em sua organização e instituições”.

ter enquanto realização pessoal, como um alívio uma fuga a um lugar feliz, embasada pelo poder do consumo.

Com o estabelecimento de uma perspectiva de “ter para ser feliz” as relações sociais que cada vez mais se restringem ao meio digital, se encaminham para uma realidade de busca por esse sentimento de plenitude vendido na pós-modernidade capitalista, há uma pressão por se viver de certa forma para assim ser digno de paz e felicidade.

Essa perspectiva estabelece um certo fluxo onde se deve trabalhar, para comprar, e se realizar na obtenção de mercadorias. Resgatando algo que já exposto antes, as experiências agora são mercadorias, isso é um reflexo da tamanha barbaridade alienante, e exclusivista que compila a sociedade atual. Referente a isso, Nogueira (2020) destaca sobre a epistemologia:

Epistemologia é toda noção ou ideia, refletida ou não, sobre as condições do que conta como conhecimento válido. É por via do conhecimento válido que uma experiência social se torna intencional e inteligível. Não há, pois, conhecimento sem práticas e atores sociais. E como umas e outras não existem senão no interior de relações sociais, diferentes tipos de relações sociais podem dar origem a diferentes epistemologias (SANTOS; MENDES; NUNES, 2004, p.25 apud. NOGUEIRA, 2020, p.55).

A perda dessa epistemologia caracterizada enquanto resultado de uma problemática de cariz “sócio-histórico-político-cultural” (NOGUEIRA, 2020, p. 55) estruturada pela pós-modernidade em seu aspecto “[...] radicalmente anti-ontológico [...]” (NETTO, 2019, p. 259) subsidiam essa busca não apenas por objetos, mas de experiências de vida alheias, que objetivam satisfazer as sensações que se almejam vivenciar.

Observar o outro se realizar, se divertir em um lugar é uma grande indústria de venda de experiências, isso muito se deve ao que já foi trazido anteriormente, sobre a Walter Benjamin inscrito em seu texto O Narrador (1994), onde os ser humano não consegue mais produzir experiências “dignas de serem narradas”.

Isso quer dizer que não se valorizam mais as vivências corriqueiras da particularidade de cada vida, não generalizando e dizendo que todos buscam a mesma vida, mas a ideia de acumular riquezas para assim poder aproveitar a vida é estrutural e cotidianamente ratificada como comum.

Em vista a cultura do “cancelamento”, onde uma “maioria social” inserida em plataformas digitais compreendem que a outra pessoa não deve ser integrada a

“comunidade digital”, deve ser excluída do todo, desaparecer e não interagir, mostrando a centralidade mercadológica das redes sociais na vida social contemporânea.

Em uma era onde tudo é inconstante, onde tudo é verdade e mentira, tudo é passível, não se obtêm apenas a face positiva de tais dinâmicas, a flexibilização e fluidez defendidas pela pós-modernidade de Bauman (2001), somatizam e agudizam o cenário de adoecimento mental que vem ser estrutural a esse contexto.

Como bem exposto por PEREIRA e JESUS (2010) a respeito dessa defesa de Bauman:

Conforme a citação do autor o mundo pós-moderno estaria se preparando para a vida sob a condição da incerteza como algo permanente e irreduzível. Concepção essa bastante difundida junto ao conjunto da sociedade nos dias atuais, porém seus efeitos são mitigados em relação à classe dominante uma vez que é justamente na classe trabalhadora que recai seus efeitos mais nefastos que se traduz na mendicância, fome e doenças frente a uma democracia burguesa incapaz de suprir todas as necessidades do proletariado. Tanto o mercado financeiro como a classe dominante não poderiam ou não devem correr o risco de vivenciar essa incerteza irreduzível amplamente divulgada pelo pensamento pós-moderno (PEREIRA e JESUS, , 2010, p.43-44)

Possibilitando conceber que muito mais do que meros acasos, as especificidades da pós-modernidade, reavêm a dominação capital na imposição da exploração e mais, da autoexploração, como vetor de riqueza e independência

## **2.2- A idealização da felicidade: paradigmas da mercadoria**

Neste último ponto, a felicidade, ou melhor a ideologia do que seria a felicidade, será pautado por um ponto de vista reacionário e mobilizador do estopim que estimula o consumo e produtividade na sociedade contemporânea. De acordo com Han (2022, p. 11-12):

Pensamentos negativos devem ser evitados. A psicologia positiva submete a própria dor a uma lógica de desempenho. A ideologia neoliberal da resiliência transforma experiências traumáticas em catalisadores para o aumento do desempenho. Fala-se até mesmo de crescimento pós-traumático. O treino de resiliência como treino de resistência espiritual tem de formar, a partir do ser humano, um sujeito do desempenho permanentemente feliz, o mais insensível possível.

Essa demarcação foi feita principalmente para nortear de forma mais concisa como se tratará a noção de felicidade, posta, toda a complexidade conceitual e filosófica que a mesma carrega, utilizar-se-á da seguinte perspectiva:

Desta forma, liberdade e felicidade coincidem: expressam a busca que vai além da autoconservação e que caracteriza aquilo que é humano; expressam a possibilidade de viver a vida como fim em si mesma. Dizer mais que isso é correr o risco de aprisionamento, se é que já não é. Porém, não o fazer é perpetuar a injustiça do que pôde ser formulado, principalmente por e a partir de Marx e Freud (e, neste texto, em referência direta aos frankfurtianos Adorno, Horkheimer e Marcuse) (FRANCISCATTI, 2002).

Em vista disso, a tal “busca pela felicidade”, acaba por estabelecer padrões de vida programados, para não serem alcançáveis, a necessidade de continuidade de consumo primordialmente estabelece uma insaciabilidade. Nunca se terá tudo que se almeja, assim a não conformação, o estranhamento de si, a cobrança exagerada e responsabilização de si solidificam uma massa inconformada e sempre em busca de mais.

Essa combinação garante um público consumidor, senão de mercadorias empurradas a eles, de medicamentos<sup>26</sup> pela dificuldade ou incapacidade real de viver conforme o que se institui como “normal”, conforme a lógica social. Como já exposto, a centralidade de verdadeiros manuais da felicidade, documentados e muito propagados na atualidade, circunscrevem indivíduos dispostos a seguir, ou melhor, comprar tal estilo de vida.

Sim, hoje nós nos fazemos importantes nas redes sociais, no Facebook. Nós produzimos informações e aceleramos a comunicação, na medida em que nós “produzimos”, nos fazemos importantes. Nós ganhamos visibilidade, expomo-nos como mercadorias. Nós nos produzimos para a produção, para a circulação acelerada de informações e comunicação. A vida, enquanto total-produção faz desaparecer tanto rituais, quanto festas. Nos rituais e festas, ao invés de produzir, a gente gasta (HAN, 2017, p. 126).

Tais preceitos muitas vezes acarretam manifestações de transtornos psicológicos como depressão, ansiedade e burnout<sup>27</sup>, advindos de uma pré-disposição sistêmica do capitalismo, de necessidade de escoamento de produtos, da sede pelo acúmulo, pela compra, que além de objetos com uma reificação

---

<sup>26</sup> Ver em Han (2022, p. 12).

<sup>27</sup>Podendo considerar que: “o burnout é um processo de resposta ao stress laboral crónico, em que as principais manifestações são a exaustão emocional e física, o cinismo e a ineficácia profissional, e cujas consequências se refletem negativamente a nível individual, familiar, social e profissional.” (HELENA, et al. 2008, p.33), logo, frente as relações de trabalho contemporâneas, o burnout, institui-se fortemente como realidade nas demandas de saúde dos trabalhadores.



extremamente aprofundada, resultam em uma classe trabalhadora doente emocionalmente.

Aqui a pessoa humana é reduzida ao valor de cliente, ou ao valor de mercado. A intenção que está ao fundo desse conceito é que toda a pessoa, toda sua vida é transformada num valor puramente comercial. (...). O hipercapitalismo (...) arranca a dignidade do ser humano, substituindo-a completamente pelo valor de mercado (HAN, 2017, p. 127).

Instáveis, insatisfeitos e inconformados, a crença de que tudo depende apenas de você denota um sentimento de liberdade alheio a si. O conceito de liberdade aqui se relaciona a liberdade de comprar, onde intencionar e almejar adquirir, vão à contramão do que esta (liberdade) representaria referente a uma emancipação humana marxista<sup>28</sup> de autonomia e efetividade de realização de suas vontades.

Desse modo sob a luz de Marcuse (2021), na construção de um ideal de liberdade restrito ao consumir, cria-se uma ideia de autonomia de liberdade de escolha, porém a realidade, se atrela a um caráter pós-moderno de construção de soberania sobre a natureza, de uma racionalização acerca do sujeito individual, que pode decidir e controlar o que tem, e terá por si mesmo; que mascaram a verdadeira funcionalidade que perpassa essa idealização.

Aqui se critica tal ideal libertário, da associação desta a autonomia e individualismo excludentes. O que se perpetua, na contramão é uma classe trabalhadora inclinada a acreditar que produzir e ser livre operam numa proporcionalidade (HAN, 2017), quando na verdade a única realidade é que “[...] a sociedade pós-moderna do desempenho reduz a todos nós como vida desnuda [...]” (HAN, 2017, p. 46), ou seja, todos nos tornamos descartáveis.

Intencionando uma melhor apreensão, segue um exemplo: Pode-se realmente ir a Paris amanhã, isso não significa que conseguiríamos; devido à falta de renda para comprar uma passagem. A visão de que é de fato praticável a ida a outro país não assegura a efetivação de tal querer, muito além disso a realidade se dá mais na lógica do querer não é poder (BRAZ; NETTO, 2012).

Significa entender que para Marx (2010) a liberdade se atrela a execução real de suas vontades, enquanto a ideia de que o capitalismo pós-moderno, se retém a

---

<sup>28</sup>Elucidado por Marx: “somente quando o homem individual real recupera em si o cidadão abstrato e se converte, como homem individual, em ser genérico, em seu trabalho individual em suas relações individuais somente reconhecido e organizado suas “forças propes” como forças sociais e quando, portanto, já não separa de si a força social sob forma de força política, somente então se processa a emancipação humana (MARX, 2010)

imagem de possibilidade. Isso quer dizer, como já trazido por Han (2022), que o que se atribui ao sentimento de felicidade se restringe à crença de obter opções e não de realmente efetivar suas vontades.

Sendo o indivíduo livre capitalista é aquele que, na verdade, tem como de alguma forma bancar sua felicidade, atrelada a mercadorias, estrategicamente, vendidas para serem vistas como fonte de realização.

Logo, essa relação fetichista é o que subsidia a falácia da possibilidade, onipotência e onisciência capital. Na crença de que em algum momento deste constante e excessivo ciclo de exploração, o trabalhador há de construir e adquirir condições de viver tranquilamente, ou até mesmo acender a burguesia.

E até o ideal de felicidade nos parece distorcido porque aparece demasiadamente “fabricado”. Nesse ideal que todo homem carrega amarra-se a ideia, também consumista, de desejo e prazer. O sentido de prazer, como questão eminentemente de valores, aparece trabalhado pelo esquema de consumo de ideias representadas (ideologias) e não criadas e vividas, a provocar nossos desejos (PEREIRA, 1983, p.58).

O sacrifício de si agora garantiria esse lugar em um “paraíso” futuro, onde existem meios, rituais para que se efetive sua vontade, sua “prece”, dependentes, única e exclusivamente, de você para a efetivação, subordinado ao quanto se está disposto a abdicar e dedicar pelo que pediu, é “dar à para receber”. No capitalismo assim como nas religiões, o que se pede é a alma em troca de uma promessa de futuro feliz, de descanso e liberdade.

Aqui, “o sujeito do desempenho se realiza na morte. Realizar-se e autodestruir-se, aqui coincidem” (HAN, 2017, p.86). Em vista, da flexibilização deste ser produtor, que assume as mais diversas formas em prol da mera manutenção do sistema de reprodução capitalista, a *psique*<sup>29</sup> do sujeito contemporâneo está imbuída na positividade, transferem o sentimento de prazer ao trabalho, endossados por uma crença de não obrigatoriedade ou submissão mais de “liberdade e boa vontade” (HAN, 2017), no qual

Deve ser um empreendedor de si mesmo. Assim, ele se desvincula da negatividade das ordens do outro. Mas essa liberdade do outro não só lhe proporciona emancipação e libertação. A dialética misteriosa da liberdade transforma essa liberdade em novas coações (HAN, 2017, p. 83).

A separação entre indivíduo e o todo, aprofunda ainda mais o sentimento de descontentamento e revolta. Acreditar que todos conseguem ser felizes, realizam

---

<sup>29</sup> PEREZ e SIRELLI, 2015.

todas as tarefas, segrega e distância a pessoa do coletivo, que passa cotidianamente pelos mesmos entraves, e as mesmas quebras de expectativas.

Cria-se uma lógica de comparação, que limita o indivíduo a se realizar pelas experiências dos outros, na intenção de viver conforme as realizações alheias, se satisfazendo a partir de experiências de felicidade que o outro compartilha.

A falta de narrativas autênticas e pessoais aglutinam um coletivo sem identidade adquirida pela vivência, mas de um indivíduo que almeja a vida onde outro trabalhador expõe uma felicidade falaciosa ou, minimamente, inconstante, contrária ao que demonstra em suas redes sociais e vida externa, ou de uma burguesia que se vitimiza e se coloca no mesmo patamar de competição e realização que o trabalhador, defendendo o discurso de merecimento e facilidades como se todos dispusessem de uma mesma condição para a construção da vida social.

A liberdade apresentada pela pós-modernidade inscrita no sistema capitalista se embasa na construção de prisões mentais, que subjagam os indivíduos a uma corrida incessante por uma felicidade baseada no fetichismo da mercadoria. Na qual, atualmente abrangem as ditas "experiências" de vida, onde se comercializa "receitas de vida", onde o sujeito trava muito mais do que uma competição para com o outro, mas também para consigo.

Buscando, a conquista de seu interesse como principal e único responsável por tais momentos de realização; resultado em sujeitos mentalmente exausto devido não apenas ao "[...] imperativo de obedecer apenas a si mesmo, mas a *pressão de desempenho*" (HAN, 2017, p.27) que os cerca.

Assim:

A sociedade paliativa coincide com a sociedade do desempenho. A dor é vista como um  *sinal de fraqueza*. Ela é algo que deve ser ocultado ou ser eliminado por meio da otimização [*wegzuoptimieren*]. Ela não é compatível com o desempenho. A  *passividade do sofrer* não tem lugar na sociedade ativa dominada pelo poder [*Können*]. Hoje se remove à dor qualquer possibilidade de expressão. Ela é, além disso condenada a calar-se (HAN, 2022, p. 13-14).

Concebe-se, então, essa estrutura do sofrimento na sociedade ultraneoliberal, que associa o sentimento tristeza a uma falha, que o submete a vergonha por não estar "bem". Já que, a este só cabe produzir e usufruir, não de uma felicidade real, como trazida por Marx, mas a fantasia da realização por consumo.

### **CAPÍTULO 3- SERVIÇO SOCIAL E SAÚDE MENTAL: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS**

Neste último capítulo, buscou-se construir a correlação entre o que foi anteriormente trazido enquanto processo de construção subjetiva e de lógica dos seres contemporâneos e a intervenção profissional que se compromete a questionar a intervir sobre as expressões da “questão social” - a ser desenvolvida a seguir.

Há de se reiterar a seguinte assertiva:

O Conjunto CFESS-CRESS (Conselho Federal e Conselhos Regionais) reafirma seu compromisso na defesa de pautas fundamentais, como a luta pela efetivação da Reforma Psiquiátrica e dos mecanismos de atenção à população usuária dos serviços da saúde mental, álcool e outras drogas; a defesa da base comunitária e de orientação com a política de redução de danos, em articulação com o controle social e os movimentos sociais; a luta pela ampliação e consolidação de uma rede substitutiva capaz de sustentar uma ação integral e antimanicomial, com ênfase no território e respeito aos direitos humanos; o enfrentamento à internação compulsória, em comunidades terapêuticas, reafirmando posicionamento contrário ao financiamento público para instituições privadas; a defesa do SUS e das condições de trabalho de assistentes sociais, na perspectiva de responsabilização do Estado na condução das políticas sociais (CFESS, 2020).

Dessa forma, o seguimento deste trabalho seguira à guisa desta defesa, juntamente ou melhor, inserida na realidade onde os determinantes que circundam as dinâmicas contemporâneas da vida moderna, carecem:

A defesa da liberdade como um valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes, a autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais são princípios que pautam a atuação profissional da categoria de assistentes sociais (CFESS, 2020).

Logo, o capítulo há de se guiar por uma perspectiva de que entende a atuação do coletivo profissional enquanto prioritariamente, defensor da saúde ampliada enquanto direito e da liberdade<sup>30</sup> como objetivo emancipador.

Frente a tais preceitos, o afastamento de uma atuação com fins resolutivos imediatistas se estrutura contrariamente ao que há de se defender como posição do coletivo, frente as demandas de saúde mental, assim inscrevendo:

a contribuição do Serviço Social no campo da saúde e, especificamente, na saúde mental, deve estar orientada pela e para leitura crítica dos

---

<sup>30</sup> Para fins deste trabalho quando se referir a liberdade há de concomitar com a que já foi propriamente delimitada nos princípios de emancipação humana marxista, item 2.2, deste trabalho.

determinantes sociais do fenômeno saúde/doença e fundamentada no projeto ético-político da profissão (PATRIOTA; EULÁLIO; LIMA; DA SILVA, 2010, p.7).

E secularmente, a dificuldade de se abster enquanto indivíduo também participante dessa dinâmica sistêmica, e indo além da sua cotidianidade para intervir e conseguir subsidiar uma atuação que vise o melhoramento mínimo de vida da classe trabalhadora<sup>31</sup>. Visto que:

a saúde mental compreende um campo polissêmico e plural. Diz respeito ao estado mental dos sujeitos, mas não apenas deste, envolve também a coletividade, o modo de vida e organização dos sujeitos. Muito embora seja entendida genericamente como o oposto da doença mental, a saúde mental envolve o homem na sua totalidade. Há de se considerar em sua compreensão as diferenças culturais, as subjetividades e os diferentes paradigmas teóricos e metodológicos que orientaram a construção do conceito.(PATRIOTA; EULÁLIO; LIMA; DA SILVA, M. D, 2010, p.7)

Logo, consolidando que mais do que o conceito, mas a efetividade da saúde mental se faz muito além de componentes biológicos, mas, nas relações destes com o que os constituem em suas experiências de vida, e sua reprodução social diária.

### **3.1- O Serviço Social enquanto profissão. O compromisso Ético-político frente às expressões da “questão social”**

A profissão do Serviço Social, tem como objeto de trabalho a questão social e suas expressões com o estudo das expressões da “questão social”<sup>32</sup>, onde estas são o principal ponto de partida para toda a estruturação da demanda e estudo da categoria.

Onde essa se refere às desigualdades sociais e estruturalmente produzidas pelo sistema capitalista (IAMAMOTO, 2000), subsidiadas pela expropriação da força

---

<sup>31</sup>Sobre a contradição da atuação profissional: “[...] de uma parte, aquele que é deflagrado pelas demandas que lhes são socialmente colocadas; de outra, aquele que é viabilizado pelas suas reservas próprias de forças (teóricas e práticas-sociais), aptas ou não para responder às requisições extrínsecas – e este é, enfim, o campo em que incide o seu sistema de saber” (NETTO, 2011, p.89).

<sup>32</sup> A “questão social”, há de ser usada entre aspas pelo reconhecimento feito por Netto (2001), onde “a partir da segunda metade do século XIX, a expressão ‘questão social’ deixa de ser usada indistintamente por críticos sociais de diferentes espectros ideopolíticos – ela desliza, lenta, mas nitidamente, para o vocabulário próprio do pensamento conservador”.

de trabalho na obtenção de *mais-valia*. Nesse sentido, contextualizando essa ao cenário hodierno, ultraneoliberal e de competitividade, situam um terreno minimamente complexo para a atuação do serviço social.

É relevante destacar que apesar da contradição inscrita a atuação profissional<sup>33</sup>, o compromisso ético deste coletivo profissional, se pauta pela reivindicação da emancipação humana. A defesa da não neutralidade é uma herança advinda das lutas da categoria frente a uma atuação associada a um ponto de vista crítico, as expressões socialmente construídas e impostas pela sociedade do capital.

Valendo-se de Netto (2006):

é desnecessária qualquer argumentação detalhada para verificar o antagonismo entre o projeto ético-político que ganhou hegemonia no Serviço Social e a ofensiva neoliberal que, também no Brasil, em nome da racionalização, da modernidade, dos valores do Primeiro Mundo, etc., vem promovendo (ao arrepio da Constituição de 1988) a liquidação de direitos sociais (denunciados como “privilégios”), a privatização do Estado, o sucateamento dos serviços públicos e a implementação sistemática de uma política macroeconômica que penaliza a massa da população (NETTO, p. 18-19, 2006).

Esse recorte no Brasil, se deve primeiramente pela possibilidade de melhor descrever a atuação profissional, do país em que se realiza o trabalho, quanto por seu caráter diferencial de proximidade ao marxismo.

Logo, prosseguindo com a historicidade que compete a esse processo de formação do Projeto Ético-Político profissional brasileiro, o incentivo à criticidade é realidade inscrita a esse. Sendo o Código de Ética 1993, o documento vigente para a atuação profissional, os preceitos nesses inscrito e defendido chocam-se com os avanços ultraneoliberais.

Destacam-se, ainda mais frente às que estão previstas na Constituição Federal de 1988, que vigora com artigos da responsabilização do Estado frente a promoção de Políticas Públicas, e condições de vida digna aos cidadãos brasileiros<sup>34</sup>.

Visto o processo singular de implementação ou melhor, de tentativa de efetividade do Welfare State, já situado, restritos a esse documento (Constituição Federal de 88), vale destacar a não real efetividade de suas medidas, onde a economia nacional se distingue como um processo capitalista dependente, a atuação do Serviço Social, são congruentes a essas particularidades.

---

<sup>33</sup> Consultar Sarmiento, 2011.

<sup>34</sup> Referentes a esses determinantes consultar a Constituição Federal de 1988.

“(...) para falar só nas diferenças gritantes [de adoção das políticas neoliberais], o desmonte da rede de proteção social construída ao longo dos 30 anos dourados no centro, particularmente na Europa, não foi tão grande assim, nem teve tantos efeitos deletérios quanto a desconstrução, na América Latina, de um Estado de bem-estar social que mal começava a ser erguido (PAULANI, 2005, p.177).

No entanto, vale destacar que como trazido por Motta (2013, p.18), o que na verdade se apresentam são características que compõem um caminho único e inerente a historicidade da profissão e sua luta enquanto categoria.

Logo, conforme o que pontua Motta (2013), para Iamamoto:

Os (as) assistentes sociais têm nas múltiplas expressões da “questão social”, tais como vividas pelos indivíduos sociais, a “matéria” sobre a qual incide o trabalho profissional. Ela é moldada tanto pelas políticas públicas quanto pelas lutas sociais cotidianas de diferentes segmentos subalternos que vêm à cena pública para expressar interesses e buscar respostas às suas necessidades (IAMAMOTO, 2014, p. 661).

Assim, a categoria se pauta em legislações e princípios éticos imbuídos de um caráter social e de distanciamento de como vem se colocando, contemporaneamente, o Estado com sua maior relação da defesa de interesses do mercado, subsidiadas pela responsabilização da sociedade civil na busca por melhores formas de vida.

Dessa forma, como afirma Raichelis (2009) sobre a desresponsabilização do Estado perante a proteção social, a qual se manifesta pelo processo de privatização e apoio a rentabilidade das empresas que possuem como empreendimento saúde, educação entre outros fins, onde o Estado realiza suas políticas em parceria com o público e o privado. A atuação da/o Assistente Social fica, paulatinamente, de acordo com Iamamoto (2015, p. 197):

segundo a ótica oficial, verifica-se um esgotamento da "estratégia estatizante", afirmando-se a necessidade de ultrapassar a administração pública tradicional, centralizada e burocrática. Considera-se que o Estado deva deslocar-se da linha de frente do desenvolvimento econômico e social e permanecer na retaguarda, na condição de promotor e regulador desse desenvolvimento.

Tendo as Políticas Sociais emergido através do Estado para “amenizar” os impactos deste sistema de produção, a intensificação da pauperização social, a agudização das expressões da “questão social” e a fim de gerir e implementar as Políticas Públicas, o Estado utiliza-se das profissionais para manutenção de condições mínimas para manutenção da vida.

Como bem pontuado por Iamamoto (2014), vale destacar que de fato:

existe uma necessária autonomia entre o trabalho profissional na política pública e a política pública. Profissão não se confunde com política pública

de governo ou de Estado e nem o Serviço Social se confunde com assistência social, ainda que esta possa ser uma das mediações persistentes da justificativa histórica da existência da profissão. Assim, seus agentes não são meros operacionalizadores de políticas emanadas do Estado — um braço operacional do moderno príncipe —, ainda que a política pública — e particularmente a seguridade social — seja uma mediação determinante no exercício da profissão no mercado de trabalho como uma das respostas institucionalizadas à “questão social (IAMAMOTO, 2014, p. 661).

Logo compreendendo ainda que o principal meio de atuação profissional é pela via das políticas públicas, a importância dessas se dá consoante a intervenção profissional, assim saindo, frente aos determinantes ultraliberais de promoção de políticas públicas com um caráter envergado a economia, deixam um “novo/antigo” desafio a categoria profissional.

A mercantilização destas, afetam também as/os assistentes sociais, visto que, como já dito, elas/eles, da mesma forma, se encontram circunscritas nessa contemporaneidade capitalista desde o processo formativo a atuação profissional sofre interferências da lógica pós-moderna.

Onde flexibilização e criatividade são lemas estruturais, se torna ainda mais importante a aproximação com os norteadores da profissão sendo esses o Código de Ética de 93, a Lei de Regulamentação da profissão, diretrizes curriculares e ainda a Lei Orgânica de Assistência Social, todas em concordância com a Constituição Federal de 88, são um “porto seguro”, que pode sempre ser memorado. Ou melhor, que na verdade devem ser norteadores.

Outros documentos oficiais produzidos pelo Conselho Federal de Serviço Social direcionam a atuação e intervenção profissional, referentes à saúde, alguns já foram citados; isso mostra o compromisso do Serviço Social com a classe trabalhadora, na busca constante por se atualizar e dissociar da cobrança produtivistas que os circunda.

Muito além de todas essas, a defesa pela saúde pública é a realidade profissional, ao definir o que essas entendem então por saúde, mais especificamente por saúde mental.

Como exposto pelo Ministério Público Federal (2001, p. 12), “é um direito fundamental do cidadão, previsto na Constituição Federal para assegurar bem-estar mental, integridade psíquica e pleno desenvolvimento intelectual e emocional.” Logo, ao apontar os ditames pós-modernos, percebe-se a estruturação de um boicote a esse estado salvável.



Esse entendimento advém do processo histórico da profissão na luta pela reforma psiquiátrica e que a partir dos anos 70<sup>35</sup>, se aproximam do marxismo e questionam a visão psicologizante anteriormente atribuída às ações coletivas sobre a saúde mental (BISNETO, 2022).

Sendo singular destacar:

as perspectivas teórico-metodológicas que marcam a trajetória do serviço social na saúde mental foram se conformando em consonância com as mudanças societárias e com o processo de amadurecimento da profissão, processo esse evidenciado no projeto ético-político adotado nos anos de 1990 (PATRIOTA et. all, 2010, p. 5).

Frente a isso, o coletivo profissional se institui numa leitura crítica e de totalidade, como pontuado por Guerra (2000, p. 3) sobre essa profissional que “[...] deve ser capacitado para identificá-las como um processo sócio-histórico, que é produzido e reproduzido socialmente” na realidade.

Possibilitando apreender o que Netto (2001) afirma, frente à dinâmica do desenvolvimento do capitalismo em produzir necessariamente a "questão social", essas sendo as desigualdades, somente geradas pelo sistema de produção que no que lhe concerne, se refletindo em múltiplos espaços.

Sendo que “o significado social do trabalho profissional da assistente social depende das relações que estabelece com os sujeitos sociais que o contratam, os quais personificam funções diferenciadas na sociedade” (IAMAMOTO, 2015, p. 215).

Dessa forma, inscrever o Serviço Social frente a esse adoecimento mental “programado” subsidia concordar com um olhar crítico a tal determinismo, de um compromisso para com uma investigação da realidade a partir da ótica da totalidade e de caráter questionador, voltado para a construção de um ponto de vista referente às relações sociais inscritas na dinâmica capitalista e pós-moderna de alienação e restrição do tempo.

Ao favorecer a ideologia dominante e o irracionalismo, contribuem para obscurecer os nexos da realidade; ao naturalizar o presente, negam a possibilidade de intervenção do homem na história: fundamento de uma ética orientada pela práxis (BARROCO, 2009, p.1).

---

<sup>35</sup> Onde o Serviço Social na qual a: “[...] atuação que preserva a identidade profissional e sua autonomia técnica, sem negar a interdisciplinaridade, buscando contribuir no campo teórico-prático para a identificação dos determinantes sociais, das particularidades de como a questão social se expressa naquele âmbito. Neste particular, a ofensiva neoliberal e a forma como essas forças têm se apropriado da Reforma Psiquiátrica brasileira ao materializá-la enquanto política social têm colocado enormes desafios à contribuição do Serviço Social.” (ROBINA, 2010, p. 345).

E ainda mais, no compromisso pela luta pela liberdade:

A consolidação do projeto ético-político profissional que[...] requer remar na contracorrente, andar no contravento, alinhando forças que impulsionem mudanças na rota dos ventos e das marés na vida em sociedade. Teimamos em reconhecer a liberdade como valor ético central, o que implica desenvolver o trabalho profissional para reconhecer a autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais, reforçando princípios e práticas democráticas (IAMAMOTO, 2000, p.140).

Em uma atuação onde “seguimos na construção de ações de resistência e enfrentamento destas proposições, que tratam a saúde mental como mercadoria e como instrumento para o controle e aprisionamento da população” (CFESS, 2020).

Tendo como um dos muitos possíveis espaços de ação os CAPS (Centro de Atenção Psicossocial), que se instauram nessa relação equivalente à reforma psiquiátrica. Destaca-se então como apresentado pelo CFESS (2017):

a partir das denúncias do movimento da Reforma Psiquiátrica, o Brasil reformulou sua política de saúde mental, que culminou na aprovação da Lei 10.216, mas não se esgotou nela. Com a aprovação da legislação, alterou-se a lógica de financiamento e reorganização da assistência. Construíram-se, nos últimos trinta anos, diversos serviços substitutivos aos hospitais psiquiátricos: os Centros de Atenção Psicossocial (Caps), as residências terapêuticas, os hospitais-dias, o serviço de trabalho protegido, os centros de convivências e de lazer protegido, dentre outros. Estes avanços possibilitaram questionar as velhas práticas manicomiais, presentes nos serviços psiquiátricos e que resistem em se perpetuar.

Demandando um compromisso ético e crítico pelo coletivo profissional, na promoção e viabilização de serviços que competem a essas trabalhadoras, compatíveis e essa processo histórico em que perpetua a frente defendida pelas assistentes sociais a respeito de como deve ser a promoção de saúde mental.

### **3.2- Serviço Social e suas contribuições para a saúde mental**

Um dos diferenciais do Serviço Social se dá em sua formação generalista (SILVA, 2020), que lhe assegura uma atuação partindo de um olhar mais crítico e embasado por todas as peculiaridades que compõem as demandas por elas atendidas no cotidiano profissional.

Sendo a saúde um dos diversos campos onde o Serviço Social se insere, a defesa de um estado de saúde plena, além do previsto pela OMS<sup>36</sup>, se compromete com a defesa de um sistema de saúde público de qualidade. É verdade que o SUS, tem princípios universais, mas o sucateamento devido aos constantes avanços econômicos, apresenta ao coletivo profissional, um impasse, e para além, uma constante que necessita de contínuo monitoramento e estudo.

Tal desafio é posto também ao assistente social, que encontra no campo psicossocial fecundas possibilidades de contribuição. Amparado pelos princípios do projeto ético-político da profissão, pelo caráter generalista que possui, este profissional pode oportunizar aos usuários dos serviços substitutivos o acesso aos diferentes bens e serviços aos quais estes têm direito, ampliar e consolidar espaços democráticos, assegurar o acesso universal à rede de assistência à saúde. Ou seja, o assistente social, enquanto profissional de saúde mental, inserido nestes espaços sócio-ocupacionais, tem uma especificidade além das atribuições “psi” (PATRIOTA et. al, 2010, p. 5).

Não obstante dos outros possíveis campos de intervenção referente à saúde mental, a atuação do Serviço Social se perpetua consoante ao Código de Ética e a Lei de Regulamentação da Profissão, na defesa intransigente dos direitos e na manutenção da autonomia dos sujeitos (APPEL, 2017).

Onde:

Considerando que se atribui ao assistente social, enquanto profissional de saúde, a intervenção junto aos fenômenos socioculturais e econômicos que reduzam a eficácia dos programas de prestação de serviços nos níveis de promoção, proteção e/ou recuperação da saúde; [...] (CFESS, 1999).

A inserção das profissionais se dando majoritariamente em equipes interdisciplinares, compõem um grande desafio principalmente referente às características intersetoriais e multidisciplinares (BRAVO, 2001) desse segmento.

Sendo o que compete às assistentes sociais não obstante do que foi posto no capítulo anterior, de intervenção frente às expressões da “questão social”, que para Rosa (2008), se dariam pelo isolamento social que acomete tanto os portadores de alguma demanda de saúde mental, ou as pessoas que o cercam. Frente ao contexto de individualismo perpetuado pela pós-modernidade, isso não deveria ser um problema.

---

<sup>36</sup>Segundo a OMS (2017), “saúde mental é um estado de bem-estar no qual o indivíduo consegue usar suas próprias habilidades, recuperar-se do estresse rotineiro, ser produtivo e contribuir com a sua comunidade. A saúde mental implica muito mais que a ausência de doenças mentais”. Disponível em: <<https://bvsm.s.saude.gov.br/saude-mental-no-trabalho-e-tema-do-dia-mundial-da-saude-mental-2017-comemorado-em-10-de-outubro/>> Acesso em: 10 mar. 2023.

No entanto, o que resulta de tal afastamento é uma dificuldade de inserção no ciclo reprodutivo do capital, segundo Pereira (2007, p. 87):

[...] Não há vida saudável e autônoma se os indivíduos não forem atendidos nas suas necessidades básicas. [...] sem esse atendimento, os indivíduos não terão condições físicas, cognitivas e emocionais para se desenvolver e lutar pela sua libertação de todas as formas de opressão. O desenvolvimento humano, portanto, pressupõe a satisfação básica de necessidades, sem, contudo, limitar-se a esse patamar de atendimento. Há que se perseguir a otimização da satisfação dessas necessidades como um compromisso ético, político e cívico assente nos valores mutuamente implicados de liberdade e igualdade.

Sendo esse espaço importante atuação da categoria. E que frente a essas dinâmicas compreende, que muito para além dos estigmas que cercam a falta de saúde mental, devem identificar e propor estratégias para o enfrentamento desta condição de pobreza e demanda de emancipação pelo viés individualista.

Afastando-se de uma perspectiva messiânica da profissão<sup>37</sup>, o Serviço Social, não deve se dotar de uma perspectiva transformadora, mas como trabalhador inserido em um sistema que agora além de arraigar as desigualdades sociais, estrutura-se no esgotamento mental de seus trabalhadores.

Em vista disso, algumas das possibilidades de intervenção que subsidiam a mediação profissional são a Política Nacional de Saúde Mental; a Política de prevenção da Automutilação e do Suicídio, por exemplo. Essas advindas de uma maior cobrança da OMS, e OPAS, ao lidar com a saúde mental, em vista dos crescentes números que espantam cada vez mais.

No Brasil, há maior prevalence de depressão dentre todos os países Latino-Americanos (OMS, 2022), os desafios impostos pela contemporaneidade não se esgotam, pelo contrário, parecem se intensificar cada vez mais. Onde “em países de baixa e média renda, entre 76% e 85% das pessoas com transtornos mentais não recebem tratamento. Em países de alta renda, entre 35% e 50% das pessoas com transtornos mentais estão na mesma situação” (OPAS, 2022).

A crescente dos números acima expostos reafirma as afirmativas aqui desenvolvidas, de uma radicalização do sistema sobre a garantia de um bem-estar mental contemporâneo.

As extensas pressões e repressões qualificam a dor como: Na sociedade do desempenho neoliberal, negatividades como mandatos, proibições ou punições dão lugar a positivities como motivação, auto-otimização ou

---

<sup>37</sup> Lê-se em: IAMAMOTO, Marilda Villela, 2000.

autorrealização. [...]. A dor perde toda relação com o poder e com a dominação. Ela é disponibilizada em uma circunstância médica.

Seja feliz é a nova fórmula de dominação. A positividade da felicidade reprime a negatividade da dor. Como capital positivo, a felicidade deve garantir uma capacidade para o desempenho ininterrupta. Automotivação e auto-otimização fazem o dispositivo de felicidade neoliberal muito eficiente, pois a dominação se exerce sem nenhum grande esforço (HAN, 2022, p. 26).

Frente a isso, a importância do trabalho proposto para o Serviço Social se determina, enquanto se reconhece essa enquanto categoria crítica, e necessita de constantes estudos sobre a totalidade, que conta com diversas alterações e peculiaridades.

Inscrever a “crise” da saúde mental quem vem sendo pauta mundial como pertencente a um campo de intervenção profissional, visto essa como condizente às expressões da “questão social”, incutem a essa categoria o reconhecimento e luta por melhores condições de serviços desse conho.

Assim, ressaltamos: a nossa luta é todo dia! Nossa saúde não é mercadoria! Não ao desmonte e retrocessos na rede de saúde mental! Loucura não se prende, saúde não se vende! Nenhum passo atrás, manicômios nunca mais! (CFESS,2020).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Frente a tais determinantes estruturados ao longo do trabalho, foi possível perceber que a perversidade sistêmica realmente vem se superando em suas estratégias de dominação. Ao tomar posse do campo mental e da medicalização no incentivo no consumo de psicotrópicos - muito também financiado pela grande indústria farmacêutica, a qual não coube em tal momento ser discutida -, a remanescência social da humanidade encontra-se realmente em risco, não que antes diferisse, mas certamente vem se agudizando com os processos de reestruturação capital.

Portanto o que se apreendeu nessa construção, muito mais do que mercadoria, a dita “busca pela felicidade” se exprime enquanto tentativa de sobrevivência, dentro desse sistema explorador; aqui foi possível captar que muito além da necessidade de uma liberdade social marxista, dentro deste contexto a emancipação humana seria urgente.

Isto posto, enfatiza-se que este é um trabalho inicial, e com pontos a serem aprofundados em outro momento e/ou espaços acadêmicos. Visto que o processo de aprendizado é contínuo e constante.

Desse modo, a importância da constante atualização profissional é ímpar a sua atuação, circunscrevendo o no que tange à saúde mental, onde:

Com isso, o capital, representado, na atualidade, pela vigência neoliberal, encontra na pós-modernidade sua aliada nesse processo de fragmentação da realidade e de um senso-comum, mas marcado por uma pluralidade de vozes, e que agora assume um novo status, substituindo a ciência e a verdade absoluta, contudo não é o senso-comum que fomos apresentados pela modernidade, como pleno e totalizante, mas fragmentado e adequado à realidade micro de cada narrador (BARROS, 2014, p.48).

Assim a proposição do texto se deu nessa construção dos processos históricos que compuseram, e compõe a ideologia dos seres humanos inseridos na pós-modernidade, sendo esses pensamentos “um conjunto lógico, sistemático e coerente, de representações (ideais e valores) e normas ou regras de conduta que indicam aos membros da sociedade devendo sentir e como devem sentir, o que devem fazer e como devem fazer” (CHAUÍ, 1981: p. 11).

Logo, a estruturação dos princípios de meritocracia, que individualizam e segregam os indivíduos contribuindo no processo de desresponsabilização do Estado frente às demandas sociais. No que na verdade incentivam a autonomia e conferem a sociedade civil a resolutividade de suas demandas:

Destarte, competindo ao Serviço Social e seu caráter propositivo e crítico, embasado por um viés de compreensão de que:

nesse contexto, a saúde pode ser definida como o resultado dos modos de organização social da produção. Tem-se, então, como efeito, os mais diversos fatores. Esses, por sua vez, exigem, do Estado, que este assuma a responsabilidade pela execução de políticas de saúde integradas às demais políticas sociais e econômicas exigidas pela população. Dessa forma, o Estado tem o dever de garantir a sua efetivação bem como cabe a ele, também, fazer com que o setor da saúde promova condições de vida mais dignas por meio, principalmente, do exercício pleno da cidadania (SILVA; SANTOS, 2019).

Muito mais que um compromisso para com a atuação da categoria na saúde o Serviço Social enquanto profissão no compromisso com a classe trabalhadora, aparados por um viés Marxista<sup>38</sup> e comprometidos com a viabilização e acesso às Políticas Públicas reconhecendo que frente a essa estruturação social o compromisso profissional deve se dar a partir de uma perspectiva:

considerando que, para a consolidação dos princípios e objetivos do Sistema Único de Saúde, é imprescindível a efetivação do Controle Social e o Assistente Social, com base no seu compromisso ético-político, tem focalizado suas atividades para uma ação técnico política que contribua para viabilizar a participação popular, a democratização das instituições, o fortalecimento dos Conselhos de Saúde e a ampliação dos direitos sociais (CFESS, 1999).

Justificando a intersecção da temática para a categoria profissional, vista a estratégia desumana que contorna o que aqui se expôs enquanto capitalismo contemporâneo, na fetichização e reificação para além das relações sociais, mas da própria busca pela felicidade.

A tática de hiper-realidades, sustentam a fragmentação da classe trabalhadora e a enquadra em novos e inconstantes nichos, a exemplo de movimentos: Negro, LGBTQIAPN+, Feministas, dentre outros; não desqualificando as pautas de luta, mas na forma como se estruturam ao distanciarem-se de uma visão de classe trabalhadora na totalidade, e composta por diferentes vivências e demandas. Porém ainda sim, estrutural e intencionalmente reduzidos a mera força de trabalho, ou melhor a mera mercadoria.

---

<sup>38</sup> Lê-se em: DA SILVA, Lídia Maria Monteiro Rodrigues, 1991.

Encerrando as reflexões que couberam esse trabalho, com a seguinte ponderação:

Por trás de cada manifestação de barbárie que a humanidade teve a infelicidade de assistir e testemunhar, o que redundou em numerosos massacres e extermínios, esconde-se a intolerância como arquétipo e estrutura fundante (GUIMARÃES, 2004, p. 28).

Assim, a estruturação ideológica que se dá coletivamente, porém alienada, substancia um modelo ultraneoliberal de acirramento da competitividade e isolamento que sujeita os seres a uma condição de adoecimento mental, coerente ao escoramento da reprodução capitalista.

Muito além de algo externo, a mercantilização dos indivíduos - reificação -, que se dá em ascendência alienante, supridas pelo discurso empreendedor, constroem uma “verdade máxima”, solidificada sistematicamente pela meritocracia; na difusão da felicidade e liberdade como ideais sublimes, desconfiguram o conho de subsistência que advêm da necessidade de obter capital.

A distração armada pelo sistema que se dá na culpabilização de indivíduos, individualiza as expressões da “questão social” visando uma melhor aceitação das desigualdades. A partir de tal lógica a importância do Serviço Social e seu aspecto de totalidade, são preceitos que viabilizam o reconhecimento de tal demanda advinda dos usuários de seus serviços.

Não se defende ou foi defendido, em momento algum, que este processo cabe a essa classe trabalhadora. Assim, não compete ao Serviço Social agir como Platão descreve no “Mito da Caverna”, retirando todos da escuridão, principalmente pela divergência da crença de uma vanguarda mobilizadora de massa e meio revolucionário<sup>39</sup>, esse não é de fato o foco a ser ressaltado, mas o entendimento de que é extremamente importante a contribuições das assistentes sociais sobre a leitura dessa dinâmica adoecedora pós-moderna, visando a apreensão e contribuição para possíveis saídas e intervenções a serem consideradas e/ou feitas.

No mais, a contrução deste trabalho se deu com a intencionalidade de compreender se haveria um real relação entre o parofundamento das características

---

<sup>39</sup> Concomitante a teórica Rosa Luxemburgo, encontra-se em Lowy: [...] “de vista da emancipação das classes subalternas: a autoeducação pela práxis, a autoeducação dos explorados e oprimidos pela experiência da ação coletiva” (LOWY, 2014, p.27).



ultraliberais, na subjetividade dos sujeitos, com o contante aumento por demandas de saúde mental.

O que pode ser percebido foi haver esse vínculo onde a segregação social, e a meritocracia individualizam os serem e assim estruturam a dita “sociedade do cansaço”, exponenciada por Han (2017), que muito além de indivíduos exaustos, imputa o adoecimento mental, como exponencial a intensificação da alienação e fetichismo da mercadoria; onde a vida, ou melhor o ideal estabelecido socialmente enquanto ideal da mesma, além de pressionar os seres sociais, a um trabalho contante para alcançar esta, mercantilizar as relações sociais ao indeferir automaticamente a busca por “lucro”.

Isso quer dizer, que em suma, as ações cotidianas passam a mover-se um uma ótica de ganho, e não de fluidez ou sentido particular sob os motores e desejos individuais, mais na aquisição de tratos convenientes, a efetivação da vida perfeitamente programada e delimitada a serem objetos de desejo, mas que não são cabíveis a todos.

Assim entender que o fundamento pós-moderno da sociedade capitalista atual, impõe/vende, uma expectativa sobre a vida perfeita, mas que rebate na tentativa de subsistência da classe trabalhadora, acometida enquanto massa consumidora e produtora.

Isto posto, a realização deste Trabalho de Conclusão de Curso, vem na dialogicidade de um ponto de vista crítico sobre a pós-modernidade, e no reconhecimento do plano de fundo do capitalismo contemporâneo como engajador aos transtornos de saúde mental.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

A TERRA É REDONDA. **Ideologia**: conceito e características. A TERRA É REDONDA. Disponível em: <<https://aterraeredonda.com.br/ideologia-conceito-e-caracteristicas/>>. Acesso em: 7 mar. 2023.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**. São Paulo: Boitempo, 2 ed., 2020.

APUFPR. **“Podemos viver um ultraneoliberalismo, sob uma ditadura e com respaldo eleitoral”, alerta Ricardo Antunes**. 2018. Disponível em: <<https://apufpr.org.br/podemos-viver-um-ultraneoliberalismo-sob-uma-ditadura-e-com-respaldo-eleitoral-alerta-ricardo-antunes/>>. Acesso em: 17 mar. 2023.

APPEL, Nicolle Montardo. O assistente social inserido na saúde mental e suas estratégias de intervenção. **JORNADA INTERNACIONAL POLÍTICAS PÚBLICAS**, v. 8, 2017.

AVRITZER, Leonardo. **Política e antipolítica: a crise do governo Bolsonaro**. Todavia, 2020.

BAPTISTA, Myrian Veras. **Planejamento social**: intencionalidade e instrumentação. 2007.

BARBOSA, Livia. Meritocracia à brasileira: o que é desempenho no Brasil?. **Revista do Serviço Público**, v. 47, n. 3, p. 58-102, 1996.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. Fundamentos éticos do Serviço Social. **Serviço Social**, p. 165-184, 2009.

BARROS, Marcus Vinícius Santos de. **A pós-modernidade no Serviço Social**. 2014.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Editora Schwarcz. 2001.

BÉHAR, Alexandre Hochmann. Meritocracia enquanto ferramenta da ideologia gerencialista na captura da subjetividade e individualização das relações de trabalho: uma reflexão crítica. **Organizações & Sociedade**, v. 26, p. 249-268, 2019.

BEHRING, Elaine Rosseti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**.ed. 9, v. 2. Cortez editora, 2011.

BEHRING, Elaine Rossetti; CISLAGHI, Juliana Fiúza; SOUZA, Giselle. Ultraneoliberalismo e bolsonarismo: impactos sobre o orçamento público e a política

social. **Políticas sociais e ultraneoliberalismo**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020.

BEHRING, Elaine Rossetti; SOUZA, Giselle. Ultraneoliberalismo e fundo público: análise do orçamento das políticas sociais e do ajuste fiscal em tempos de pandemia. Sousa AA, Oliveira ACO, Silva LB, Soares M, (org). **Trabalho e os limites do capitalismo**: novas facetas do neoliberalismo. Uberlândia: Navegando Publicações, p. 131-50, 2020.

BENJAMIN, Walter. O Narrador. In: BENJAMIN, Walter. Magia e Técnica, Arte e Política - ensaios sobre literatura e história da cultura. **Obras escolhidas**, vol, 1, 2ª ed., São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga; TAVARES, Maria Conceição; FIORI, J. L. A mundialização do capital e a expansão do poder americano. **FIORI, JL O poder americano. Petrópolis, Vozes**, 2004.

BISNETO, José Augusto. **Serviço Social e saúde mental: uma análise institucional da prática**. Cortez Editora, 2022.

BORGES, Maria Elizabeth S.; MATOS, Maurílio Castro. As duas faces da mesma moeda: ultraneoliberalismo e ultraneoliberalismo no Brasil da atualidade. Políticas sociais e ultraneoliberalismo. Uberlândia: **Navegando Publicações**, p. 71-87, 2020.

BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine Rossetti. Assistência Social na pandemia da covid-19: proteção para quem?. **Serviço Social & Sociedade [online]**. 2021, n. 140, pp. 66-83. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0101-6628.238>>. Acesso em: 3 mar. 2023.

BRAVO, Maria Inês Souza et al. Saúde e serviço social. In: **Saúde e serviço social**. 2014. p. 288. INCOMPLETA

BRAVO, Maria Inês Souza. **Saúde e serviço social no capitalismo: fundamentos sócio-históricos**. Cortez Editora, 2016.

BRAVO, Maria Inês Souza. Política de Saúde no Brasil. In: MOTA, Ana Elizabete et al., (Org.). **Serviço Social e Saúde**: formação e trabalho profissional. 2. ed. Brasília: Cortez, 2009

BRAVO, Maria Inês Souza. **Saúde e Serviço Social no capitalismo**: fundamentos sócio-históricos. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

BRAVO, Maria Inês Souza; MATOS, Maurílio Castro de. Projeto Ético-Político do Serviço Social e sua Relação com a Reforma sanitária: Elementos para o Debate. In: **MOTA, Ana Elizabete et al.**, (Orgs.). Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional. 4. ed. Brasília: Cortez, 2009. p. 197 – 217.

BRAVO, Maria Inês. Gestão Democrática na Saúde: o potencial dos conselhos. In: BRAVO, Maria Inês Souza; PEREIRA, Potyara Amazoneida (Org.). **Política Social e Democracia**. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: UERJ, 2001

BRAVO, Maria Inês. MATOS, Maurílio Castro. A Saúde no Brasil: Reforma Sanitária e Ofensiva Neoliberal. In: BRAVO, Maria Inês Souza; PEREIRA, Potyara Amazoneida (Org.). **Política Social e Democracia**. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: UERJ, 2001. ok

BRAVO, Maria; MATOS, Maurílio; FREIRE, Silene. (Org.) **Políticas sociais e ultraneoliberalismo**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020.

**BRAZ, Marcelo; NETTO, José Paulo. Economia política: uma introdução crítica. Cortez Editora, 2012.**

BREDOW, Suleima Gomes; DRAVANZ, Glória Maria. Atuação do Serviço Social na Saúde Mental: entre os desafios e perspectivas para efetivação de uma política intersetorial, integral e resolutiva. **Textos & Contextos (Porto Alegre)**, v. 9, n. 2, p. 229-243, 2010. Disponível em: <<https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/fass/article/view/7384>> Acesso em: 3 mar. 2023

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2013.

CHAUÍ, Marilena. **O mito da caverna**. 2003. Disponível em: <[https://asmayr.pro.br/arq/cul\\_mito\\_caverna.pdf](https://asmayr.pro.br/arq/cul_mito_caverna.pdf)> Acesso em: 12 mar. 2023

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia?** São Paulo: Brasiliense, 1981.

CISLAGHI, Juliana Fiuza. **Do neoliberalismo de cooptação ao ultraneoliberalismo: respostas do capital à crise**. Partes I, II e III, 2020. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2020/06/08/do-neoliberalismo-de-cooptacao-ao-ultraneoliberalismo-respostas-docapital-a-crise/>. Acesso em: 29 jan. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Código de Ética do/a Assistente Social**. Institui o Código de Ética Profissional do/a Assistente Social e dá outras providências. Brasília, 1993. Disponível em: <[www.cfess.org.br/arquivos/CEP\\_CFESS-SITE.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf)>. Acesso em: 23 jan. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Mudanças na Política Nacional de Saúde Mental: mais uma ameaça do governo ilegítimo**. 2017. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1439>>. Acesso em: 17 mar. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Nota pública do CFESS contra os novos ataques à Política de Saúde Mental 2020**. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1772>>. Acesso em: 9 mar. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde**. Brasília, 2010.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Resolução CFESS nº 493/2006**. Dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente Disponível em: <[http://www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao\\_493-06.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao_493-06.pdf)>. Acesso em: 23 jan.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Resolução Nº 383** de 29 de março de 1999. Caracteriza o assistente social como profissional de saúde. Brasília, 1999. Disponível em: [www.cfess.org.br/arquivos/resolucao\\_383\\_99.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/resolucao_383_99.pdf). Acesso em: 23 jan. 2023.

COTRIM, Livia Cristina de Aguiar. **Marx: política e emancipação humana (1848-1871)**. 2007.

DA SILVA, Lídia Maria Monteiro Rodrigues. **Aproximação do Serviço Social à tradição marxista: caminhos e descaminhos**. 1991. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DE ALVARENGA BARBOSA, Claudio Luis. **A fundamentação da felicidade em Marx**. 2006.

DE OLIVEIRA, Leidiane Souza. Serviço social brasileiro: da gênese contraditória às atuais possibilidades ético-políticas. **Temporalis**, v. 18, n. 35, p. 84-104, 2018.

DE OLIVEIRA LIMA, Maria José; COSAC, Claudia Maria Daher. Serviço Social na empresa. **Revista Katálysis**, v. 8, n. 2, p. 235-246, 2005.

DE SOUZA MINAYO, Maria Cecília. Enfoque ecossistêmico de saúde e qualidade de vida. **Saúde e ambiente sustentável**, 2002.

DEMIER, Felipe. Burguesia e pandemia: Notas de conjuntura sobre neofascismo e ultraneoliberalismo no Brasil de Bolsonaro. **Políticas sociais e ultraneoliberalismo**, p. 89-102, 2020.

DIAS, Eugênia Antunes. **Visão de Natureza: uma análise sobre práticas jurídicas antropocêntricas do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul**. 2008. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pelotas.

DICIO. **Desumano**. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/desumano/>>. Acesso em: 8 mar. 2023.

DUAYER, Mario; MEDEIROS, João Leonardo. Marx, estranhamento e emancipação: o caráter subordinado da categoria da exploração na análise marxiana da sociedade do capital. **Revista de Economia**, v. 34, n. 4, 2008.

FRANCISCATTI, Kety Valéria Simões. À felicidade na liberdade ou à felicidade na ausência de liberdade. **Psicologia & Sociedade**, v. 14, p. 123-140, 2002.

FONTES, Virgínia. Prefácio na tragédia da pandemia. In: BRAVO, M.I.S.; MATOS, M.C.; FREIRE, S.M. (Orgs.) **Políticas Sociais e Ultraneoliberalismo**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020.

GIL, Antonio Carlos et al. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1994.

GUERRA, Yolanda. A dimensão investigativa no exercício profissional. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. **Brasília: CFESS/ABEPSS**, p. 701-718, 2009.

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade no trabalho do assistente social**. Programa de capacitação política em Serviço Social e política social. Módulo, v. 4, p. 1-16, 2000.

GUIMARÃES, Marcelo Rezende. **Um novo mundo é possível**. São Leopoldo, Sinodal, 2004.

HAN, Byung-Chul. **Psicopolítica: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder**. Belo Horizonte: Editora Áyiné, 2020.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade do cansaço**. 2ª edição. Editora Vozes Limitada, 2017.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade paliativa: a dor hoje**. Editora Vozes, 2022.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Editora Loyola, 2013.

HELENA, Loureiro et al. Burnout no trabalho. **Referência- Revista de Enfermagem**, Portugal, vol .2, núm. 7, p. 33-41, 2008. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/3882/388239954005.pdf>>. Acesso em: 16 mar. 2023

HOBBSAWM, Eric J. **A era dos extremos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOBBS, Thomas. **Leviatã: ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil**. São Paulo: Martin Fontes, 2003.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade**. Cortez. São Paulo.2000.

IAMAMOTO, Marilda Villela. 40 anos da “virada” do Serviço Social no Brasil: história, atualidade e desafios. **Revista Libertas**, Juiz de Fora, v.20, n.1, p. 1-20, jan. / jun. 2020.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. **Serviço Social & Sociedade**, p. 608-639, 2014.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: Capital financeiro, trabalho e questão social**. 9º ed. São Paulo: Cortez, 2015.

KEYNES, John Maynard. **Teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Saraiva. 2012.

LEWGOY, Alzira Maria Baptista. O estágio supervisionado em serviço social. **Temporalis**, v. 13, n. 25, p. 63-90, 2013.

LOWY, Michael. A centelha se acende na ação: a autoeducação dos trabalhadores no pensamento de Rosa Luxemburgo. **Educação e Filosofia**, p. 27-38, 2014.

LUKÁCS, Georg. **A destruição da Razão**. São Paulo: Instituto Lukács, 1 ed. 2020.

LUKÁCS, Georg. **História e consciência de classe: Estudos sobre a dialética marxista**. São Paulo: Martins Fontes, 3 ed. 2018.

MANDEL, Ernest. **Iniciação à teoria econômica marxista**. Porto, Afrontamento, 1975.

MARCUSE, Herbert. **O homem unidimensional: Estudos da ideologia da sociedade industrial avançada**. São Paulo: Édipro. 2021.

MARX. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2010

MARX, Karl. **O Capital-Livro 1: Crítica da economia política. Livro 1: O processo de produção do capital**. Boitempo Editorial, 2017.

MARX, Karl. **Sobre a questão judaica**. Boitempo Editorial, 2010.

MARX. **Teorias da mais-valia: História Crítica do Pensamento Econômico**. Vol. I. 2ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1987.

MÈSZÁROS, István. **A teoria da alienação em Marx**. Boitempo Editorial, 2016.

MÈSZÁROS, István. **O poder da ideologia**. Boitempo Editorial, 1º ed. 2004.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Cartilha: Direito à saúde mental**. 2001. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/cartilha-saude-mental-2012.pdf>>. Acesso em: 9 mar. 2023.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Na América Latina, Brasil é o país com maior prevalência de depressão.** Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2022/setembro/na-america-latina-brasil-e-o-pais-com-maior-prevalencia-de-depressao>>. Acesso em: 3 mar. 2023.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **O que significa ter saúde?** Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-brasil/eu-queru-me-exercitar/noticias/2021/o-que-significa-ter-saude>>. Acesso em: 3 mar. 2023.

MOTA, Ana Elizabete. Serviço Social brasileiro: profissão e área do conhecimento. **Revista Katálysis**, v. 16, p. 17-27, 2013.

MONTAÑO, C. E. O projeto neoliberal de resposta à “questão social” e a funcionalidade do “terceiro setor”. **Lutas Sociais**, n. 8, p. 53–64, 2004. DOI: 10.23925/ls.v0i8.18912. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/18912>. Acesso em: 1 mar. 2023.

NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético-político do Serviço Social. **Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional**, v. 4, p. 1-22, 2006.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da questão social. *Temporalis*. **Revista da ABEPSS**, p. 41-49, 2001.

NETTO, José Paulo. **Marxismo impenitente**: contribuição a história das idéias Marxistas. São Paulo: Cortez Editora, 2004.

NETTO, José Paulo. Pós-fácio In: COUTINHO, Carlos Nelson. **O estruturalismo e a miséria da razão**. 2 ed., São Paulo, Expressão Popular, 2010.

NOGUEIRA, Sidnei. **Intolerância religiosa**. Pólen Produção Editorial LTDA, 2020.

OLIVEIRA, Claudia Almeida de; PALÁCIOS, Marisa. Diferentes abordagens sobre ética ambiental. **Cad. saúde colet.,(Rio J.)**, 2009.

OLIVEIRA, Edson Aparecida de Araújo Querido. Historicidade da produção de conhecimento. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 17, n. 3, 2021.

OLIVEIRA, Tibério Lima; DE SOUZA ALMEIDA, Joaskara Victória. Política Social e processo de desresponsabilização do estado: uma análise dos projetos sociais no Ilé Asé Dajo Oba Ogodo. **RESC–Revista de Estudos SocioCulturais**, v. 2, n. 3, 2022.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE. **OMS destaca necessidade urgente de transformar saúde mental e atenção**. Disponível em: <<https://www.paho.org/pt/noticias/17-6-2022-oms-destaca-necessidade-urgente-transformar-saude-mental-e-atencao>>. Acesso em: 8 mar. 2023.



ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE. **Transtornos Mentais**. 2022. Disponível em: <<https://www.paho.org/pt/topicos/transtornos-mentais>>. Acesso em: 3 mar. 2023.

PATRIOTA, L. M.; EULÁLIO, M. do C.; LIMA, G. da S.; DA SILVA, M. D. A saúde mental na formação do Curso de Serviço Social. **Textos & Contextos** (Porto Alegre), [S. l.], v. 9, n. 1, p. 55–65, 2010. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/fass/article/view/7280>. Acesso em: 9 mar. 2023.

PEREIRA, Danielle Viana Lugo; DE JESUS, Altair Reis. O projeto de modernidade, crise capitalista e ideologia pós-moderna. **Temporalis**, v. 10, n. 20, p. 31-47, 2010.

PEREIRA, Otaviano. **Moral revolucionária: paixão e utopia**. Campinas: Papyrus, 1983.

PEREIRA, Potyara A. **Necessidades Humanas: subsídios a crítica dos mínimos sociais**. São Paulo: Cortez, 2007.

PEREZ, Mylena; SIRELLI, Nilda Martins. A medicalização do mal-estar: a escuta psicanalítica como um modo de resistência. **Psicanálise & Barroco em revista**, v. 13, n. 2, 2015.

PIMENTA, Paulo Roberto Lyrio. **Eficácia e aplicabilidade das normas constitucionais programáticas**. São Paulo: Max Limonad, 1998.

PRATES, Jane Cruz; CARRARO, Gissele. “Na prática a teoria é outra” ou separar é armadilha do capitalismo?. **Argumentum**, v. 9, n. 2, p. 161-171, 2017.

RAICHELIS, Raquel. O trabalho do assistente social na esfera estatal. **Direitos sociais e competências profissionais**, p. 377-392, 2009.

RAICHELIS, Raquel; PAZ, Rosângela Dias de O. da; WANDERLEY, Mariângela Belfiore. A erosão dos direitos humanos e sociais no capitalismo ultraneoliberal. **Serviço Social & Sociedade**, p. 05-11, 2022.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?**. Editora Companhia das Letras, 2018.

ROBAINA, Conceição Maria Vaz. O trabalho do Serviço Social nos serviços substitutivos de saúde mental. **Serviço Social & Sociedade**, p. 339-351, 2010.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie et al. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista brasileira de história & ciências sociais**, v. 1, n. 1, p. 1-15, 2009.

SANTOS, Josiane Soares. **Neoconservadorismo pós-moderno e serviço social brasileiro**. Coleção Questões de nossa época; vol 132. São Paulo: Cortez, 2007.

SARMENTO, Hélder Boska de Moraes. Ética e Serviço Social: fundamentos e contradições. **Revista Katálysis**, v. 14, p. 210-221, 2011.

SENADO FEDERAL. Constituição. **Brasília (DF)**, 1988

SENNETT, Richard. **A cultura do novo capitalismo**. Record, 6 ed., 2006.

SILVA, Eduarda Rosa da. **Formação Generalista: O processo enquanto elemento constituinte**. 2020.

SILVA, Juliana Cândido da. SANTOS, Henrique Mendes dos. Serviço Social e Saúde Mental: Atuação do Assistente Social na equipe multiprofissional. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. Ed. 10, Vol. 01, pp. 106- 120. 2019.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações**. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda, 1996. social. Brasília, 2006.

SOUZA, Karlla; CUNHA, Mônica. Impactos das redes sociais digitais na saúde mental de adolescentes e jovens. In: **Anais do I Workshop sobre as Implicações da Computação na Sociedade**. SBC, 2020. p. 49-60.

TANAKA, Oswaldo Yoshimi; RIBEIRO, Edith Lauridsen. Ações de saúde mental na atenção básica: caminho para ampliação da integralidade da atenção. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 14, p. 477-486, 2009.

UFMG. **Epidemia de diagnósticos de transtornos mentais em debate**. 2017. Disponível em: <https://www.ufmg.br/sbpcnaufmg/a-epidemia-e-de-diagnosticos-nao-de-transtornos-mentais-diz-especialista-da-unicamp/>. Acesso em: 27 jan. 2023.

VASCONCELOS, Ana Maria. de. Serviço Social e prática reflexiva. **Em Pauta: Revista da Faculdade de Serviço Social da UERJ**, nº. 10. Rio de Janeiro: FSS / UERJ, 1997.

VASCONCELOS, Ana Maria. **A prática do Serviço Social: cotidiano, formação e alternativas na área da saúde**. Cortez Editora, 2022.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Depression and other common mental disorders: global health estimates**. World Health Organization, 2017.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **The WHO special initiative for mental health (2019-2023): universal health coverage for mental health**. World Health Organization, 2019.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **WHO Mental Health Forum 2021 report**. 2021 Disponível em: <https://www.who.int/publications/m/item/who-mental-health-forum-2021-report> Acesso em: 28 jan. 2023

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **World mental health report: transforming mental health for all**. 2022.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Comprehensive mental health action plan 2013-2030**. 2021. Disponível em: <https://www.who.int/initiatives/mental-health-action-plan-2013-2030>. Acesso em: 28 jan. 2023

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Environmental Health Brazil 2022 country profile**. 2022. Disponível em: <https://www.who.int/publications/m/item/environmental-health-bra-2022-country-profile>>. Acesso em: 29 jan. 2023.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Member State Profile: Brazil in: **Mental Health Atlas**. 2020.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Mental Health Atlas 2020 Country Profile: Brazil et al**. Mental Health Atlas 2020. 2022

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Mental Health ATLAS 2020. 2021**. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/9789240036703> Acesso em: 28 jan. 2023.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Suicide**. 2021. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/suicide>>. Acesso em: 28 jan. 2023.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **OMS divulga Informe Mundial de Saúde Mental: transformar a saúde mental para todos**. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/oms-divulga-informe-mundial-de-saude-mental-transformar-a-saude-mental-para-todos/>Acesso em: 29 jan. 2023.